

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

DENISE DE CAMARGO MARCELINO

**JUQUITIBA NA MODERNIDADE: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO
SOCIOESPACIAL**

Sorocaba
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS
CAMPUS SOROCABA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA, TURISMO E HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

DENISE DE CAMARGO MARCELINO

**JUQUITIBA NA MODERNIDADE: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO
SOCIOESPACIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de Licenciatura Plena em Geografia do Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Neusa de Fátima Mariano

Sorocaba
2018

DENISE DE CAMARGO MARCELINO

**JUQUITIBA NA MODERNIDADE: UMA ANÁLISE DA CONDIÇÃO
SOCIOESPACIAL**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação de
Licenciatura Plena em Geografia do Departamento de
Geografia, Turismo e Humanidades da Universidade
Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Neusa de Fátima Mariano.

Orientadora

Prof. (a) Dr. (a) Neusa de Fátima Mariano

UFSCar

Examinador

Prof. (a) Dr. (a) Rosalina Burgos

UFSCar

Examinador

Prof. Dr. Márcio Fernando Gomes

UFSCar

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a todos aqueles que resistem aos percalços da vida.
À minha mãe, principalmente, por ser meu alicerce para cumprir minha missão.
Hoje realizo o nosso sonho.

AGRADECIMENTO

São poucas as palavras para agradecer quem esteve comigo nessa caminhada, cada pessoa foi necessária no meu crescimento e aprendizagem. Não caberia em uma página mencionar a todos, mas guardarei em meu coração com eterna gratidão aqueles que fizeram parte da minha vida de alguma forma.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela condução dos meus passos me mostrando os caminhos os quais percorrer, e aos meus protetores que me auxiliaram com seus conselhos e benevolência.

Agradeço a minha família pelo apoio em todos os sentidos, à minha mãe Solange e a meu pai Josias – que me ensinaram a ler e escrever – sem vocês esse sonho não teria sido possível. À minha madrinha e vó Aparecida por partilhar comigo a sua vida, mãe duas vezes.

Sou grata aos que participaram nesse percurso do saber, pontos de luz no meu caminho e que me deram ânimo e inspiração para ver o mundo com o olhar geográfico: Vilma e Ângela, meus exemplos docentes, e minha orientadora Neusa, pela observação atenta ao meu trabalho.

Aos meus amigos, onde quer que estejam hoje, colegas de curso e vizinhos da moradia estudantil, pela paciência e apoio nos estudos, e que também tornaram meus dias mais doces quando a vida universitária se fez mais dura.

Aos moradores do Bairro Camargos, que na sua simplicidade mostraram grande riqueza de espírito. Que sua história e vida sejam lembradas em algum lugar do mundo, e sou grata pela oportunidade de poder registrar uma pequena parte dela.

Sou grata também, e essencial defender aqui, os auxílios que garantiram minha permanência na UFSCar, fundamentais para manter quem não tem condições na universidade, as bolsas-auxílio são uma forma justa de acesso ao ensino superior.

Por fim, agradeço ao meu lugar, de onde vim e que não posso esquecer, o lugar é a nossa história e base de transformação da nossa realidade, obrigada a Juquitiba, como meu pequeno pedaço do Éden na Terra. A gente sai do mato, mas o mato nunca sai da gente.

RESUMO

O trabalho teve por objetivo identificar o processo de expansão do modo de vida urbana que induz a segregação socioespacial, e como uma formação econômica e social própria do lugar é resistente e presente: uma temporalidade paralela ao do tempo global, que ainda sim, é parte da modernidade. A análise utilizou o conceito de lugar para melhor descrever essa temporalidade, partindo da escala do bairro inserido no município. O bairro, contendo uma formação socioespacial específica, que, não atingida totalmente pela urbanização da vida, é um testemunho de uma temporalidade diferencial da defendida pela modernidade. A importância do lugar se faz essencial para mover transformações e dar aos indivíduos a força para transformar seu mundo, permitindo a coexistência de diferentes tempos no espaço.

Palavras-chave: Modernidade; Temporalidade; Lugar.

ABSTRACT

The objective of this study was to identify the process of expansion of the urban way of life that induces socio-spatial segregation, and how an economic and social formation of the place is resistant and present: a temporality parallel to that of global time, which is still part of modernity. The analysis used the concept of place better describe this temporality, starting from the scale of the neighborhood inserted in the municipality. The neighborhood, containing a specific socio-spatial formation, which, not totally achieved by the urbanization of life, is a testimony of a differential temporality that is defended modernity. The importance of place becomes essential to move transformations and give individuals the strength to transform their world, allowing the coexistence of contrasting times in space.

Keywords: Modernity; Temporality; Place.

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Capela Nova da Bela Vista do Juquiá, 1905.....	18
Foto 2. Município de Juquitiba e Matriz Nossa Senhora das Dores, 2014.....	19
Foto 3. Forno de carvão localizado no sítio Pedra Grande, Juquitiba – SP.	21
Foto 4. Centro do município de Juquitiba, por volta dos anos de 1970.....	24
Foto 5. Dona Aparecida, mariscando em um tanque no município de Juquitiba.....	31
Foto 6. O trabalho na roça: uma mão na enxada e outra “mãozinha” para auxílio.....	33
Foto 7. Viagem para a Festa do Bom Jesus em Pirapora do Bom Jesus, 1950.....	34
Foto 8. Moradias irregulares no município de Juquitiba, 2018.....	50
Foto 9. Vista aérea da mancha urbana do município de Juquitiba.....	55
Foto 10. Ocupação em topo de morro no município de Juquitiba.....	56
Foto 11. Casa da dona Margarida, sempre de portas abertas para a visita.....	70
Foto 12. Visita e conversa com moradores do bairro dos Camargos.....	71
Foto 13. Horta nos quintais para complemento das refeições.....	72
Foto 14. Vista de uma varanda em um aglomerado de casas no bairro Camargos.....	73
Foto 15. Festa de Santo Reis no bairro dos Camargos em Juquitiba – SP.....	75
Foto 16. Festa de Santo Reis: reunião dos festeiros na igreja.....	76
Foto 17. Oratório dedicado a Nossa Senhora Aparecida.....	78
Foto 18. Antenas parabólicas versus a presença da “criação” no quintal.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Grau de Urbanização dos municípios na RMSP em %, 2018.....	48
Gráfico 2. IPVS do município de Juitiba por grupos de vulnerabilidade, 2010.....	49
Gráfico 3. Serviços urbanos prestados no município de Juitiba, 1991-2010.....	51
Gráfico 4. Dados de saneamento do município de Juitiba, 2010.....	52
Gráfico 5. Participação em empregos formais por atividade econômica, 2016.....	59

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. O Cinturão Caipira de São Paulo e os Aldeamentos do século XIX.....	17
Mapa 2. Localização do município de Juquitiba – SP.....	23
Mapa 3. Região Metropolitana de São Paulo e limites dos municípios, 2018.....	43
Mapa 4. Renda per capita na Região Metropolitana de São Paulo, 2010.....	46
Mapa 5. Abastecimento de água em nível de atendimento na RMSP em %, 2010.....	53
Mapa 6. Uso e ocupação do solo do município de Juquitiba – SP.....	54
Mapa 7. Localização do bairro dos Camargos no município de Juquitiba – SP.....	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM – Área de Proteção de Mananciais

APRM – Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais

CBH-RB – Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social

PMDI – Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SPSL – Sistema Produtor São Lourenço

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. JUQUITIBA: O LEGADO DA “TERRA DE MUITAS ÁGUAS”	16
1.1 MEMÓRIA E REGISTRO NA HISTÓRIA.....	27
2. AS CONTRADIÇÕES DO MODERNO: O MUNICÍPIO NA ATUALIDADE.....	39
2.1 O PAPEL DE JUQUITIBA NA RMSP.....	42
2.1.1 INFRAESTRUTURA URBANA.....	47
2.2 COTIDIANO E TRABALHO.....	57
3. RESISTÊNCIAS: O LUGAR NA MODERNIDADE.....	64
3.1 PERCEPÇÃO E RESISTÊNCIA: O BAIRRO RURAL DOS CAMARGOS.....	69
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	84
ANEXOS.....	87

INTRODUÇÃO

Partir do estudo de um município em específico como Juquitiba, veio de uma inquietação acerca do seu papel na sociedade. Ao pensar em um tema para um TCC, me veio à mente a possibilidade de pesquisar a cidade na qual vivi por 17 anos, pois me recordo que antes de ingressar na universidade, minha tia se dirigiu a mim e disse, “não esquece de onde veio”. Logo, eu cogitei uma análise da geografia a partir do meu espaço vivido, fazendo o objeto de pesquisa coincidir com a realidade da qual fiz parte, e a luz dos conceitos geográficos analisar criticamente o lugar e os usos que se dão ao espaço.

O município de Juquitiba tem uma formação ainda que esquecida, muito bonita em termos de sua cultura e modos de vida, apesar de seu ar de simplicidade e baixa condição econômica. Trazer um pouco da sua história contada por quem é de fora e por quem viveu esse processo é um aspecto interessante por envolver esse olhar do homem comum e da sua relação com o lugar e os fenômenos percebidos pelo pesquisador, para apreender uma análise mais justa e uma visão mais abrangente dos atuais usos do espaço, sem silenciar os diferentes sujeitos.

Longe de romantizar as situações encontradas, a pesquisa teve como foco uma denúncia, uma crítica ao planejamento excludente e a uma visão capitalista hegemônica, que insiste em negar a existência do lar dos habitantes desses espaços, sendo o espaço reduzido a uma mercadoria pronta para o consumo, imediato ou futuro. Buscou-se evidenciar esse movimento dialético de resistência de um tempo-espaço a partir do lugar, especificamente do bairro Camargos, e como esse lugar recebe as transformações da vida moderna incompleta. O município apresenta assim, essa condição socioespacial que traz muito da sua formação social anterior, sendo necessário evidenciar os conflitos e a dimensão do vivido como molde para a construção ou apropriação do seu espaço por direito.

O modelo de urbanização que conhecemos hoje revela-se extremamente excludente, alguns lugares são mais escassos de infraestrutura urbana como o município de Juquitiba, em contraposição com outros lugares de maior investimento como as áreas centrais para a circulação de capital na RMSP, havendo um grande contraste de uma área com grande circulação de capital em comparação a uma área aparentemente estagnada. Contudo, a sociedade urbana enquanto acesso a todos os bens não se realizou na nossa sociedade ainda, o que acontece é uma concentração de técnicas em dados espaços e de políticas públicas insuficientes para gerir essas áreas, ressaltando condições de pobreza nas áreas periféricas.

Ao não abrigar os mais modernos recursos de infraestrutura propícios para a circulação de capital, o município de Jquitiba apresenta algumas normas de racionalização do espaço ainda que de forma sutil como reflexo da vida moderna: a alta valorização da sua condição natural, vendendo-o como mercadoria através da especulação imobiliária ou sustentando-o a partir de um discurso de “sustentável” para o turismo; um cotidiano marcado pela quebra das sociabilidades tradicionais e captura do tempo para responder as demandas externas como o crescente setor de serviços na RMS, e insuficiência de infraestrutura e serviços urbanos que atenda a população de forma digna enquanto requisitos básicos da vida.

Por outro lado, apesar de uma crescente pobreza, há essa resistência de um tempo diferente ao atual sistema produtivo, o do homem lento ou do homem simples, que possui um universo imaterial rico e que pode ser o produtor de novas formas de uso do espaço. Diante dessas contradições do moderno, há então um outro olhar a partir dos “de baixo”, onde é possível fortalecer o papel da identidade na formação de um povo e evidenciar as possibilidades de se pensar o uso do espaço a partir do valor de uso, tornando as práticas espaciais mais humanas, respeitando uma temporalidade com outros ritmos de ação e produção, e claro, reivindicando melhorias de vida em um mundo que produz uma constante pobreza.

Buscar compreender as contradições presentes nas áreas periféricas, nos fornece significativas contribuições: para a população local reconhecer uma identidade e valorizar sua formação histórica, social e cultural específica; em estudos escolares partindo da escala do vivido do sujeito, conhecendo sua realidade através de um olhar questionador; de forma a contribuir para dar voz a um lugar no que diz respeito às políticas públicas destinados a ele, evidenciando as desigualdades socioespaciais, para repensar formas de planejamento/intervenções alternativas ao sistema atual, e, reconhecer que esses aspectos podem ser uma ferramenta valiosa para mediar suas lutas.

Para a realização da pesquisa optou-se pelo método dialético, frente a possibilidade de encontrar processos contraditórios e de transformação constante das variáveis, incluindo o desenrolar dos fenômenos que não podem ser considerados isoladamente, mas de uma conexão entre fatos sempre em movimento, do lugar e do global em constante troca. Foi feito um levantamento de dados de caráter qualitativo com consulta de dados primários e secundários para uma maior abrangência.

Quanto a metodologia, foram realizadas entrevistas, e, de acordo com Medina (2011), quando utilizada para traçar o perfil dos sujeitos pautando em seus valores, comportamentos e

história de vida - sem espetacularizar as informações obtidas -, é preciso um maior contato. Priorizou-se um registro em termos qualitativos ao registrar a história vivida. Dona Aparecida, dona Lurdes, dona Margarida e o senhor João, cederam seus relatos gentilmente para a composição da pesquisa, outros relatos não foram compilados, pois se deram em conversas informais e sem registro gravado ou escrito. Ademais houve consulta a bancos de dados como IBGE, Emplasa e Seade para fundamentar nossa crítica, e por fim, uma visita a campo foi necessária para conhecer a realidade dos sujeitos e do bairro que fazem parte da pesquisa.

O trabalho segue dividido nas seguintes etapas: o primeiro capítulo versa sobre a história e análise realizada por alguns pesquisadores acerca da realidade e formação do município de Juquitiba, como se desenvolveu em aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais. Uma caracterização que pode nos dar um pontapé inicial sobre a inserção do município em uma sociedade global frente a vida tradicional que por ora se encontrava no município. Para além da análise bibliográfica, foram realizadas conversas informais com os habitantes de Juquitiba, principalmente aqueles que sempre tem uma história para contar, relatos que deram vida à memória e à história de um outro ponto de vista.

O segundo capítulo faz uma abordagem geral do município de Juquitiba, analisando o seu papel na dita modernidade e o que agrega ao município em termos de planejamento regional enquanto inserido na Região Metropolitana de São Paulo; uma análise dos índices de infraestrutura urbana que, por sua vez, influenciam na qualidade de vida da população; bem como na área de trabalho, evidente na mudança de ritmos e de adaptação a novas formas de empregabilidade, que envolvem mudanças em um contexto da sociedade global e como se reflete em âmbito local, registrando como o cotidiano passa a ser regulado por uma força que condiciona as ações e os objetos enquanto tecnicidade no espaço.

O terceiro capítulo e último, sem deixar de esquecer ou de omitir a história daqueles que vivem seu próprio tempo, relata uma forma de resistência daquilo que ainda não foi mercadorizado: o bairro rural e a prática de seus costumes, a existência de outra temporalidade em espaço-tempos racionalizados. Apresentando o conceito de lugar, e, ainda, partindo da escala do bairro para trabalhar a importância que o lugar possui na atualidade, pois a cada movimento de homogeneização da sociedade global, cada vez mais os lugares ganham suas especificidades, fonte de afirmação e reconhecimento de uma identidade cultural e histórica da população. Essas práticas ocorrem em dado território, e é preciso reconhecer esses outros usos do espaço-tempo para dar meios de valorizar esses tempos lentos em um mundo rápido.

1. JUQUITIBA: O LEGADO DA “TERRA DE MUITAS ÁGUAS”

Enquanto há o que recordar, o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade cambiante que significa uma ausência em presença.

Ana Fani Alessandri Carlos

Juquitiba, do Tupi-Guarani “terra de muitas águas”, percorreu um longo caminho até se configurar como município e ser reconhecida como tal. A história se seguiu em paralelo com o aldeamento jesuíta de Itapecerica da Serra, pois nos arredores se formaram núcleos que compuseram o cinturão caipira de São Paulo (Mapa 1). Localizando no período histórico, a área em estudo fez parte do Sertão de Itapecerica, por volta do século XVIII.

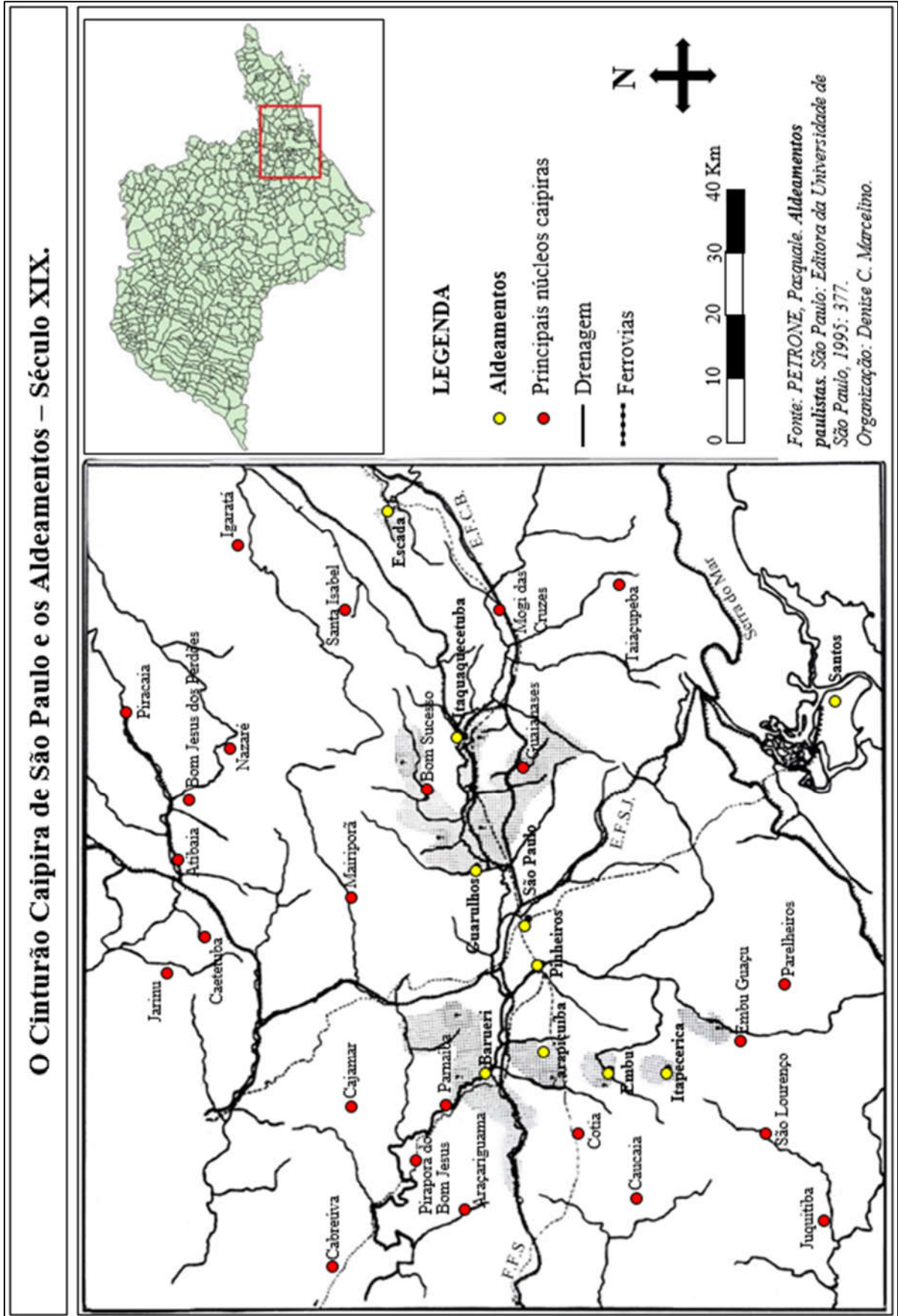
Sobre a formação e a origem dos sertões do século XVIII na região, cabe fazer alguns comentários pontuais de sua caracterização. Itapecerica da Serra está incluso no círculo de São Paulo no que condiz aos aldeamentos jesuítas (Mapa 1), “[...] percebe-se, a presença de um número mais significativo de aldeamentos nas vizinhanças de São Paulo, consequência imediata da presença desse núcleo [...]” (PETRONE, 1995:126). O que, por sua vez, já é um primeiro indício da influência regional pela qual as expansões paulistanas passaram.

Poucas são as documentações oficiais e registradas a respeito da ocupação inicial do sertão de Itapecerica da Serra, especificamente do atual município de Juquitiba, contudo, pode ser constatado pela literatura, que a organização de Itapecerica ocorreu em meados do século XVII, os aldeamentos foram estabelecidos em áreas que já eram ocupadas por índios até então, sendo Itapecerica uma porta de entrada para o sertão.¹ (CORRÊA, 1999).

Dentre as funções das aldeias estava o papel de penetrar no interior dos sertões, em busca de materiais preciosos e de explorar territórios. Os indígenas aldeados eram solicitados para realizar atividades de natureza rural, sendo comum o uso de mão de obra indígena em propriedades agrícolas. Sendo assim, os aldeamentos se constituiriam em “verdadeiros povoados rurais”, considerando que os habitantes se dedicavam a atividades rurais. (PETRONE, 1995).

¹ A definição para sertão nesse caso, é de uma área ainda não colonizada pelos europeus. (CORRÊA, 1999).

Mapa 1. O Cinturão caipira de São Paulo e os Aldeamentos do século XIX.



Posseiros foram avançando por volta do ano de 1830, atingindo posteriormente Juquitiba, sendo alguns povoamentos iniciados após distribuição ou doação de terras, este foi o caso do município: a área que hoje é o centro do município de Juquitiba, teve início a partir da doação de terras e diante da construção de uma capela foram sendo construídas residências ao seu arredor. “[...] a fé dos senhores de terras e arcos fazia erguer pelo menos pequeninos órgãos ou capelas que em seguida se tornariam igrejas, algumas vezes reconstruídas com o tempo.” (PETRONE, 1995: 227).

Com esse padrão de moradias deu-se início a um pequeno vilarejo que passou a ser denominado “Capela Nova da Bela Vista do Juquiá” no ano de 1887, nomeação que perdurou até a mudança para “Juquitiba” em 1907. Os agrupamentos que se instalavam a partir das trilhas deixadas pelos indígenas e tropeiros - subindo a Serra sentido São Paulo -, formaram alguns bairros posteriormente. Por volta de 1903, junto ao governo, a Empresa de Colonização Sul-Paulista apresentou um projeto de construção de uma ferrovia que ligaria São Paulo ao Vale do Ribeira, contudo, o projeto não conseguiu arrecadar fundos, pois a região não participava ativamente na economia como o vale da Paraíba e do Paranapanema. (LEITE; ROCHA; ABES, 2011).

Foto 1. Capela Nova da Bela Vista do Juquiá, 1905.



À direita ao fundo é possível ver a capela que deu o primeiro nome ao município de Juquitiba representando um símbolo histórico de sua formação.

Fonte: Juquitiba e suas fotos históricas. Disponível em: <https://goo.gl/66bZQj>. Acesso em: nov. /2017.

Foto 2. Município de Juquitiba e Matriz Nossa Senhora das Dores, 2014.



No primeiro plano é visível o retorno da pista da BR116 que entrecorta o município de Juquitiba. À esquerda cabe destaque para a construção da atual igreja matriz da cidade, em azul na imagem, construída no mesmo lugar onde se localizava a antiga capela.

Foto: Humberto do Lago Muller, 2014.

De acordo com a pesquisa realizada por Queiroz (1973)² no município de Juquitiba, mais especificamente de um estudo sobre o bairro, definiu que no início do povoamento do sertão, se observou a instalação em meio à mata e assim foram se constituindo roças. “[...] pelo tipo de cultivo e pelo estilo de vida constituíam-se na verdade: sitiantes, isto é, os proprietários das terras plantavam roças, que cultivavam utilizando apenas a mão de obra familiar.” (QUEIROZ, 1973: 91).

O trabalho de pesquisa realizado pela autora partia em busca de uma caracterização dos bairros rurais em estudo comparativo. Foram encontrados “padrões” de povoamento: o habitat disperso, condizendo com o fenômeno reunião-dispersão dos bairros rurais, e ainda, certa união em torno de capelas, que posteriormente formariam os bairros rurais do Sertão de Itapeperica, que hoje são delimitadas como os bairros do município.

² Bairros rurais paulistas (1973), em que estudou o bairro no município de Juquitiba e sua inserção na sociedade exterior ao do bairro.

Os bairros rurais se configuraram em torno dos aldeamentos devido não apenas a dispersão da população indígena, mas em decorrência da presença em sua maioria de moradores brancos, levando a uma mescla de etnias nesse território. Devido as terras dos aldeamentos serem extensas, propiciou definir unidades de povoamentos, culminando na formação de bairros rurais com a predominância de trabalhadores sitiantes ou camponeses. “A autonomia, a responsabilidade pelo empreendimento, o trabalho com a mão de obra familiar, formam os traços essenciais do sitiante.” (QUEIROZ, 1973: 6). Por sua vez, a organização em bairros rurais de sitiantes, foi a base para a origem e continuidade da civilização caipira.

As roças como heranças dos aldeamentos, nos quais os índios as cultivavam para sua subsistência, foram uma característica predominante, o que justificaria, posteriormente, a consideração dos aldeamentos como núcleos rurais. A roça foi marcada pelas técnicas rudimentares, de subsistência e de caráter itinerante, em função da pouca fertilidade do solo nas áreas.

Em relação à colheita, os sitiantes poderiam dispor de toda produção, ou de parte dela. Nesse segundo caso, configura-se o que chamamos de meeiros ou de parceiros, no entanto, para se definirem também como camponeses, “[...] precisam conservar a autonomia de seu trabalho e o direito à disposição de pelo menos parte do produto [...]” (QUEIROZ, 1973: 6). Esse é o caso encontrado na região, com uma prática na qual a produção restante era negociada no centro comercial mais próximo.

Um fator de grande importância que contribuiu para manter o nível de vida da população caipira foi, a princípio, a condição geográfica com baixa fertilidade do solo da região e com a localização em área serrana, que não favoreceu a sua inclusão no ciclo econômico da cana, do café, e do crescimento industrial por volta do século XX.

A produção dos sítios era mais do que suficiente para alimentar as famílias produtoras. [...] O excedente era então levado até a cidade de São Paulo, onde era trocado por tecidos, pólvora, sal, vinho e aguardente. [...] A partir de fins do século XIX e durante quase duas gerações, o excedente da produção permitiu à população caipira um bom nível de vida. (QUEIROZ, 1973: 92).

As práticas adotadas na região seguiam pela contínua criação de novas roças, a partir das queimadas. Apesar de que muitas das terras se esgotavam, movia os proprietários a arrendar terras de parentes e compadres, o que deu início ao regime de parceria, em que a terça ou metade da colheita era entregue ao proprietário das terras utilizadas. (QUEIROZ, 1973).

Com a escassez de terras para plantio tendo a roça como fonte de subsistência, foram sendo adicionados meios alternativos para suprir as necessidades da população. Em Juitiba, enquanto vila de Itapeçerica da Serra, os habitantes locais aproveitaram a densidade das matas existentes para extrair dela sua fonte de renda: produzir carvão em fornos artesanais para venda.

O carvão veio substituir pouco a pouco as sobras de produção que eram vendidas na Capital. O desenvolvimento industrial de São Paulo determinava uma maior procura de combustível, - lenha, carvão vegetal, - necessário para alimentar as pequenas empresas de tipo artesanal que se multiplicavam. [...]. Sua exploração permitia outrossim manter o mesmo gênero de vida anterior, a mesma independência no trabalho. O carvão constituiu então uma atividade complementar dos sitiantes. (QUEIROZ, 1973: 96).

A produção do carvão teve destaque por volta do ano de 1935 em diante, devido a demanda frente ao crescimento regional na qual estava inserida. Parte dos sitiantes passaram a tornar-se então carvoeiros e as vendas realizadas tiraram uma das características antes fundamentais encontradas em seu meio de vida, a autonomia.

Foto 3. Forno de carvão localizado no sítio Pedra Grande, Juitiba – SP.



Adentro de algumas chácaras em meio a mata, é possível encontrar fornos de produção de carvão, que era produzido e vendido como fonte de renda adicional dos habitantes de Juitiba, sendo o produto transportado e negociado no centro de Itapeçerica da Serra.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2016.

“Quinze anos de produção de carvão vegetal desmataram as proximidades dos bairros rurais; para continuar a fabricá-lo, é preciso hoje se distanciar cada vez mais dos núcleos onde se adensa certa quantidade de população.” (QUEIROZ, 1973: 98). O contato com a cidade de

São Paulo também se fez escassa, pois se viam em meio a mata dedicados a produção deixando de plantar para consumo próprio, negociando seus mantimentos diretamente com os compradores de carvão.

A adesão total à produção de carvão destituía os indivíduos de suas práticas econômicas, sociais, religiosas, que ficaram a segundo plano. Logo, para que fosse possível manter o mínimo de sua existência, a roça voltava a ser peça fundamental de sua prática de subsistência, tornando-se o carvão atividade complementar, pois o lucro real da venda de carvão não chegava àqueles que o produziam, reduzindo seu nível de vida. Entretanto, os carvoeiros foram uma minoria da população do antigo Sertão, pois a maioria manteve a atividade da roça e carvão³ concomitantemente.

Com a prática econômica pautada somente na produção de carvão, o contato com os centros urbanos se fez reduzida, diminuindo também o nível econômico de vida, com a decadência socioeconômica e cultural. As tentativas de resistir aos novos modelos de trabalho que surgiram, redundava na queda do nível de vida, podendo chegar a anomia, como apontado por Cândido (2001). Contudo, apesar da crise, os habitantes de Juquitiba conseguiram aderir a uma adaptação de um novo contexto de vida, todavia, sem alterá-lo por completo, mantendo o que lhe cabia dentro do possível.

O mais interessante pensando nessa perspectiva de mudanças econômicas ocorridas, foi a alternativa encontrada pelos habitantes, que passaram para o setor de serviços sem muitas dificuldades: a chegada da BR-2 alterou de forma significativa os meios de vida da população em função da empregabilidade. Em 1960, com a abertura da BR-2 [atual BR116], as terras se valorizaram, havendo uma nova fonte de renda para os habitantes que passaram a vender aquilo que eles possuíam para dar continuidade ao seu modo de vida: a venda das terras.

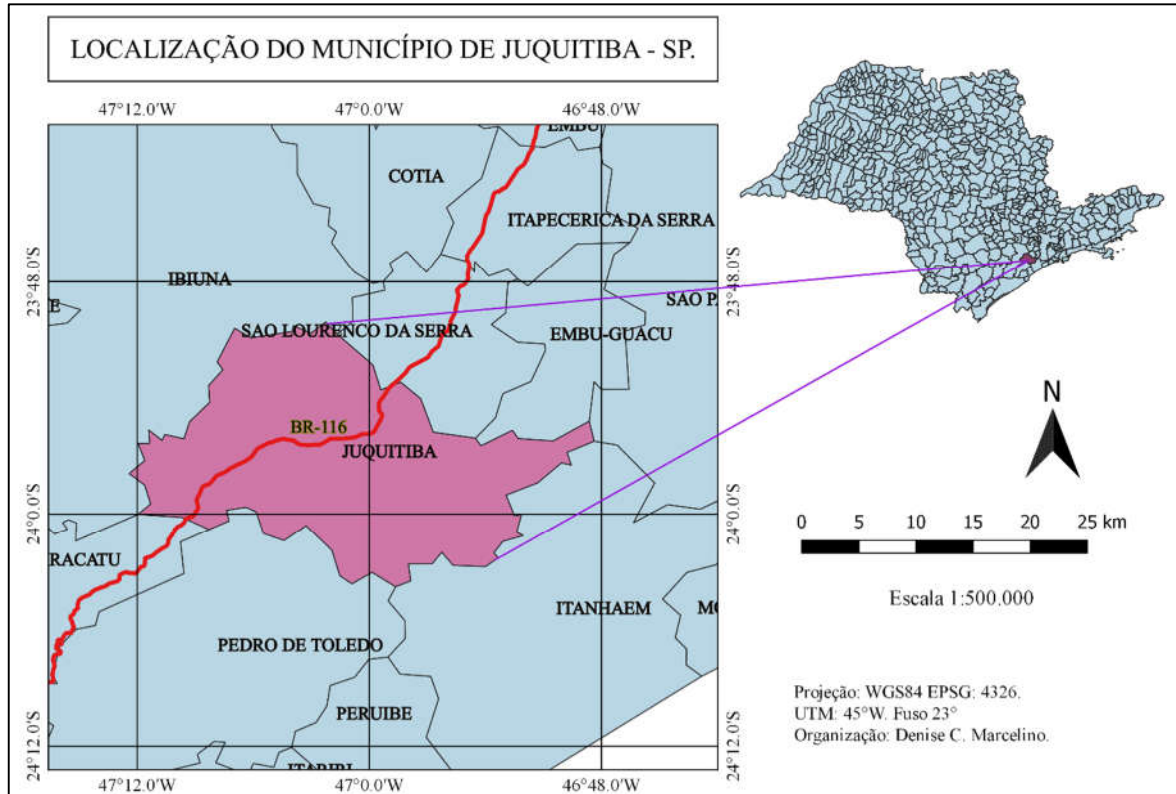
Tendo vendido as terras, haviam dois caminhos possíveis, trabalhar para o comprador, que o manteria na roça, ou utilizar do dinheiro ganho com a venda para atividade comercial à beira da BR-2. Este foi um ponto culminante para a quebra do modo de vida tradicional, pois o trabalho com hora marcada impedia a frequência em festas nos bairros, as viagens antes realizadas ou as visitas aos parentes, ficando restritas aos dias de folga.

O carvão perdeu seu lugar como renda complementar, o que não foi motivo para deixar a roça, que continuava sendo sua base de subsistência. (QUEIROZ, 1973). Houveram mudanças,

³ Continuará essa realidade até os dias atuais? Uma jornada dupla entre o trabalho como “caseiro de sítio” e o cuidado com a roça/horta quando lhes é permitido?

porém, ainda nos anos 70, conservava-se a agricultura para subsistência e complementava-se a renda com o setor de serviços, cada vez mais crescente no cenário econômico ao redor do município de Jujutiba.

Mapa 2. Localização do município de Jujutiba – SP.



A antiga BR-2 agora BR-116, passa pelo município ligando São Paulo - SP a Curitiba – PR.⁴ O crescimento urbano ocorreu às margens da rodovia e, conseqüentemente, houve uma conexão maior com o mundo exterior, sendo decisivo para as mudanças no modo de vida no município de Jujutiba.

Para que fosse possível manter o mínimo social⁵ enquanto uma civilização rural, com seu modo de vida singular, houve grande adesão à venda de terrenos/chácaras, abrindo uma nova perspectiva de contato com o mundo exterior ao do bairro, que ainda assim, era visto como uma oportunidade de trabalhar como “caseiro” a fim de morar e trabalhar na própria terra vendida, oferecendo mão de obra assalariada, vivendo com pouco, mas com o mesmo espírito, mantendo uma horta ou a “criação” no quintal e independência quanto ao ritmo de trabalho.

⁴ As rodovias geralmente são duplicadas nas áreas metropolitanas, contudo, por restrições ambientais frente a predominância da Mata Atlântica no trecho que percorre o Vale do Ribeira, a conclusão da duplicação no trecho conhecido como Serra do Cafezal (a oeste do município) ocorreu em 2017.

⁵ De acordo com Antonio Candido (2001), existem mínimos para garantir o equilíbrio de uma organização. Há os mínimos vitais, referentes ao básico da existência humana como moradia, alimentação, e os mínimos sociais, referindo-se a uma organização sociocultural.

A princípio, as plantações eram suficientes [...] em seguida, com a associação roça-carvão, é possível manter o mesmo gênero de vida [...] mais tarde, sempre para preservar a autonomia e independência, a associação será roça e venda de terrenos. [...] orientada por estes valores primordiais, a população do Sertão foi se adaptando às mudanças socioeconômicas da Capital e da região, utilizando as escassas possibilidades do meio em que vivia e procurando resguardar seu gênero de vida. (QUEIROZ, 1973: 110-111).

Foto 4. Centro do município de Jucituba, por volta dos anos de 1970.



É possível notar a área central do município, pouco desenvolvida ainda em chão batido, com o melhoramento da construção de uma igreja no lugar da antiga capela. Ao lado esquerdo, cabe destaque para o anúncio da venda de sítios, que passou a ser um meio alternativo de renda para a população local.

Fonte: Jucituba e suas fotos históricas. Disponível em: <https://goo.gl/N6tPFR>. Acesso em: jan. /2018.

Aos que não puderam, e não coube a continuidade nessas terras que teriam sido vendidas, partiram para outras áreas em que era possível aderir ao comércio, muitas vezes no próprio município nas vias de acesso rodoviário. Essa mudança de atividade econômica, por sua vez, dava início a uma pequena diferenciação econômica e social daqueles que até então mantiveram ritmos diferentes de trabalho, ficando relegados ao status de “preguiçosos”⁶.

⁶ Na pesquisa realizada por Queiroz (1973), há uma entrevista com o proprietário de uma serraria que, ao instalar um galpão no município de Jucituba, reclamou da preguiça do jucitubense, que não queria trabalhar de acordo com o horário estabelecido.

No município foram constatadas inúmeras tentativas em manter um modo de vida autônomo tentando conservar um modo de vida particular. Embora os habitantes do município de Juquitiba estivessem enfrentando as mudanças de modo de vida, foram sendo mantidas, ainda que a muito custo, alguns requisitos da vida de bairro em termos de sociabilidade e de atividades de subsistência. O foco trazido para a discussão foi predominantemente a questão econômica, pois ela foi a ponte estabelecida entre os bairros e a região a qual fazem parte, criando assim uma conexão entre os sítios e a capital do estado de São Paulo.

Ademais, é notável o nível de dependência e decadência econômica que se encontrou no município de Juquitiba durante os anos de 1970, mesmo que os bairros tenham sido considerados “pobres”, se configuraram como testemunhos de uma civilização caipira, de bairros rurais que aos poucos estavam cada vez mais integrados a uma sociedade global.

Em uma pesquisa realizada sobre os aldeamentos paulistas - os quais influenciaram geograficamente a existência de núcleos rurais na área em estudo - Petrone (1995) fez uma breve observação sobre a área do município de Juquitiba em relação a metrópole de São Paulo:

[...] avultou o contraste entre a metrópole gigantesca e as áreas contíguas paupérrimas. Estas chamavam a atenção pela sua pobreza econômica, pela natureza de seus núcleos, pelas características originais do efetivo demográfico e até mesmo pelo isolamento de algumas de suas partes. (PETRONE, 1995: 371).

De acordo com Caio Prado Júnior (1935, apud PETRONE, 1995), as pequenas cidades e vilas da região não passavam de povoados miseráveis e decadentes, incluindo o município de Juquitiba, pois o que se via em relação ao espaço e à vida dos habitantes era de uma temporalidade lenta e distante da realidade da metrópole, acentuando assim, uma disparidade socioespacial.

Apesar das transformações recentes por que passaram os arredores de São Paulo, ainda é possível encontrar alguns desses núcleos, praticamente conservados com suas características caipiras. Naturalmente, sua presença vê-se preservada melhor nas áreas que permaneceram até recentemente, ou ainda permanecem, relativamente isoladas. Veja-se por exemplo, o caso de São Lourenço e, mais expressivo, o de Juquitiba, ao longo da rodovia BR2 [atual BR116]. Este último não chega a encobrir, na sua atraente singeleza e simplicidade, em seus ângulos românticos, na beleza de seu largo e no seu conjunto de presépio, a pobreza de considerável parcela de sua população. (PETRONE, 1995: 373-374).

Quanto menores ou mais isolados os núcleos, maiores são as evidências das características rústicas, mediadas sempre pela presença de bairros rurais e edificações de capelas. Esses núcleos foram um forte testemunho do passado, pois apresentavam no seu

interior a ascendência indígena, por conseguinte, há uma vinculação entre a presença da civilização caipira em relação ao cinturão de aldeamentos, e o Sertão de Itapecerica caracterizava precisamente essas áreas isoladas.

Acredita-se que os aldeamentos forneceram contingentes de posseiros que contribuíram para povoar as áreas do sertão, incluindo-as ao cinturão caipira de São Paulo. Porém, o isolamento dessas áreas era devido ao fator da circulação. O cinturão caipira foi atravessado pela “união de áreas economicamente desenvolvidas”, não atravessando os sertões de Itapecerica, estes permaneceram de forma mais isolada. “Acresce que a pobreza geral das áreas mais isoladas, não despertando maior interesse pela sua valorização econômica, não justificou a criação de um sistema satisfatório de caminhos vicinais.” (PETRONE, 1995: 377). Seria uma característica herdada o isolamento, estagnação econômica e precariedades no sentido de conexão com o mundo?

Esse isolamento foi, sobretudo, relativo. O isolamento destacado é referente a um isolamento econômico e da chegada tardia das influências externas no sertão, todavia, é plausível considerar que o isolamento social não esteve presente, havendo, ainda que pouco, uma conexão dos bairros rurais à região para a manutenção das suas práticas sociais e econômicas enquanto modo de vida.

Essas terras não estavam totalmente isoladas, mas mantinham uma conexão econômica com os arredores, sendo Santo Amaro e a capital do Estado de São Paulo, pontes de trocas econômicas que adentraram no sertão. “[...] ora toda comunidade, por mais isolada, existe sempre dentro de uma região cuja organização social é mais vasta do que a daquela, e com a qual se relaciona [...]” (QUEIROZ, 1973: 12).

A partir do rápido crescimento urbano nos arredores de São Paulo, o cinturão caipira, incluindo os sertões, tornou-se um “cinturão de especulação imobiliária”. Com o processo de urbanização, cresceu o número de vilas residenciais operárias, zonas industriais, e principalmente, as zonas de chácaras de fim de semana. (PETRONE, 1995). Diante da expansão da urbanização em diferentes níveis, no que toca ao econômico, social e cultural, renderam algumas modificações na cotidianidade da população juquitibense:

[...] o caipira tornou-se sempre mais raro [...] recuou quando possível, buscando uma sobrevivência de si e de seu modo de vida nos ângulos mais isolados. Porém, também estes começaram a ser devassados pela expansão da metrópole, e os próprios sertões foram violados. (PETRONE, 1995: 378).

Não podemos deixar de esquecer que a formação histórica tem muito a contribuir no sentido de compreender as dinâmicas atuais, principalmente no que se refere à composição da população da cidade, contribuindo para a paisagem que aí se formaria: “[...] os aldeamentos contribuíram para definir em torno de São Paulo um cinturão ocupado pelos indígenas ou, então, por forasteiros, intrusos, posseiros europeus ou luso-brasileiros [...] um cinturão de terras pobres dos arredores da capital paulista.” (PETRONE, 1995: 384).

A chegada da Rodovia BR-2, ou ainda, sua integração econômica com o modelo proposto pelo momento histórico, alterou o quadro de vida do município, que não deixou de ser pobre, mas que agora mantém uma conexão mais expressiva no que tange ao planejamento. O processo modernizante se espalhou também para áreas outrora isoladas, porém, não as homogeneizando completamente, pois a formação histórica do lugar não pode ser apagada.

A dinâmica social atrelada ao bairro, apesar de fragmentada e cada vez mais escassa, não deixou de existir, pois sempre há uma manutenção de práticas que são passadas por gerações através das relações socioculturais, deixam suas marcas no decorrer da história do município, bem como na memória e história dos habitantes, que buscavam formas de manter viva suas “tradições” em meio a um mundo em transformação.

Não há muitos registros escritos com uma riqueza de detalhes que descreva perfeitamente a vida cotidiana em Juitiba desde o início da sua história, contudo, houveram, e ainda há outras formas de se transmitir essa história, e uma delas é através da oralidade, que é rica em lembranças, e essas devem ter seu espaço de importância, pois registra o tempo do vivido, a vida imediata desses habitantes, que perpassa as análises feitas em um curto espaço de tempo pelo papel.

1.1 MEMÓRIA E REGISTRO NA HISTÓRIA

Cabe abordar a história do município de Juitiba, também, pelos relatos vividos dos moradores locais, sendo transmitida uns aos outros através de uma tradição oral, são de caráter significativo para essas pessoas que veem na forma de contar suas histórias, pois é uma maneira de dar continuidade e de cultivar memórias entre seus entes, assegurando a permanência de uma história de vida, e, a partir do mundo subjetivo dos indivíduos há um outro jeito de se conhecer a história.

Pensando nas conversas informais tidas com alguns moradores mais “antigos”, as falas revelaram formas de vida que remetem a outros momentos da história, de forma mais subjetiva do ponto de vista em relação ao meio, pois o município em si, possui uma “história recente” em termos de registros de dados escritos. As memórias se apresentaram aqui como uma caracterização sociocultural dessa população, que, por sua vez, também se refletiram na atuação dos indivíduos no espaço. “A reconstituição histórica que incorpore os dados da memória implica em reformular a concepção de História, mediante a incorporação de outras temporalidades, diversas daquelas que marcam o tempo reconhecido da História.” (MARTINS, 2010: 127).

Pensando nesse sentido da memória e de um passado que ocorreu em um determinado espaço, ela se torna importante também, quanto ao espaço vivido. O conceito de Topofilia, abordado por Yi-Fu Tuan, compete aos laços afetivos criados com o ambiente, pois são eles diferentes em intensidade e expressão, variando desde a percepção estética, à identificação com o lugar onde se vive, no qual o significado principal envolve o sentimento para com o lugar.

A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar. [...]. Os povos analfabetos podem estar profundamente afeiçoados ao seu lugar de origem. Eles podem não ter o senso ocidental moderno, mas quando procuram explicar a sua lealdade para com o lugar, ou apontam os laços com a natureza (o tema mãe-terra), ou recorrem à história. (TUAN, 1980: 114).

As percepções acerca do ambiente em que se vive destoam em função da classe social e do meio de vida a qual se pertence, os usos atribuídos ao ambiente físico são diferentes de acordo com a valoração que se dá a ela. O mais claro exemplo é do valor de uso, da importância simbólica para as sociedades tradicionais, em contraposição ao homem moderno, sob influência do período histórico de profunda instabilidade dos significados, se sobressaindo o valor de troca, com a prevalência do estético e do profano. Esse mundo “tradicional” rico em sua cultura deve ser salientado e reafirmado como forma de reconhecer e respeitar o passado, a história e a vida dos sujeitos. A percepção feita frente ao ambiente em que se vive reflete um perfil sociocultural distinto de como sua visão de mundo é construída.

Ainda considerando a simultaneidade de temporalidades diferentes, ambas valorações dadas ao meio ambiente ao qual se vive podem coexistir (resistir) na realidade, e não há uma perda total, mas torna-se escassa aquela que não encontra meios de continuidade. “A atitude estética para com a natureza ganha importância à medida que a mesma perde sua aura luminosa. [...] O mundo tradicional tem a riqueza e a ambiguidade da linguagem ordinária e ritual. O mundo moderno, por outro lado, aspira ser transparente e literal.” (TUAN, 1980: 162).

O espaço geográfico, que é espaço das ações e dos objetos, nos mostra ações e intencionalidades que moldam e produzem espaço conforme os sujeitos que atuam nele. Para que ele seja construído pelos “de baixo”, é necessário (re) conhecer o seu passado para obter meios de atuar na vida presente. De acordo com Ecléa Bosi, “Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu.” (BOSI, 2003: 199).

Nesse sentido, é fundamental pensar em registrar a memória dos habitantes desse lugar, não em termos quantitativos, mas qualitativos - ainda que breve, para não cair no esquecimento da história de um povo rico em sua diversidade e simplicidade. As práticas socioculturais que podem ser mencionadas são inúmeras, mas sucintas para que seja esboçada uma representação da história vivida e do perfil do Juitibense. Foram considerados os relatos sobre o que seria esse “antigamente” que ainda é muito presente na memória.

Como mencionado por Antônio Candido, em sua obra “Os parceiros do Rio Bonito” (2001), o termo rústico no Brasil, se refere a uma composição étnica dos grupos de sociedade, os conhecidos como caboclos, próximos de branco e índio que caracterizou a maioria da população tradicional na região de São Paulo. Para definir e chamar os aspectos culturais dessa civilização se usa o termo caipira, sendo uma forma mais geral de caracterizar o perfil rústico, que abarcou diferentes grupos nesse universo cultural.

A cultura rústica serve de caracterização das culturas de origem indígena, que se desenvolveram de forma mais isolada, enquanto que, o caipira é resultado de um *acaipiramento* pela influência da colonização paulista e das áreas adjacentes. Esse traço caipira do qual abordamos, tem em sua reprodução do meio de vida, uma união entre meio físico e vida humana de forma diferente a que se encontra em outras sociedades, a maneira de viver destes indivíduos, e, até mesmo a satisfação de necessidades básicas encontra um viés cultural específico.

Com relação à região paulista, em particular, em que a civilização rústica brasileira tomara a forma específica da civilização caipira, [...] em que se definiram certos tipos de cultura e vida social [...] persistido graças às dificuldades de comunicações, que opunham uma barreira à penetração de novos gêneros de vida ligados ao desenvolvimento urbano. (QUEIROZ, 1973: 7).

Essa formação socioespacial particular de certo distanciamento dos elementos da vida urbana, proporcionou a continuidade das práticas culturais da vida caipira e da vida rural no município de Juitiba. Partindo desse pressuposto, vale frisar sobre o seu modo de vida, para

que a memória permaneça além da reminiscência, para que também seja revivida na história por aqueles que a construíram.

Considerando a mudança de todo um modelo de sociedade que interfere na vida do pensar e do agir, esse processo modernizador que chega como promessa, traz elementos de realização não palpáveis, mas políticos, adentrando também, a esfera subjetiva. Estaria essa “cultura” apenas guardada em sua memória, ou estariam esses traços incorporados, ainda, na sua visão de mundo? Como parte da história do município, ainda que se tornando escassa a medida que o modo de vida urbana avança, há sim práticas cotidianas (Foto 5) que carregam muito da sua história, e esses “tempos” produtores de espacialidades não deixam de existir.

Na análise da sociabilidade, a formação de bairros rurais com grande proporção de união e trocas sociais foi marcante em função da formação de uma sociedade rústica, alguns aspectos agregados a uma prática cultural específica como a da cultura caipira podem ser evidenciados em um sucinto relato concedido pela Dona Aparecida:

O nosso sustento nós tirava da terra, ali nós produzia tudo ali, nós plantava o milho pra faze a farinha pra nós come e pra manter as criação, tinha porco, galinha, peru, pato, marreco tinha de tudo conte criação. A minha vó tinha uma baita dum limaral, nós punhava lima naquelas caixa de lima, enchia o caminhão. Uns 40, 50 sacos. Eu vinha tudo espinhado que minha vó mandava cata lima, caia na minha cabeça. Era alqueire de limaral, (...) vendia pra comprar açúcar e o sal. Minha vó fazia tudo, gordura, matava o porco; a carne, tinha a galinha e o porco; o feijão nós plantava; a farinha nós fazia do milho; o café nós fazia do café; e o arroz, o kilo do arroz era pra mistura e pra visita. Quando chegava a turma, era contado uma xícara de arroz, enchia o prato de caldo de feijão, o cardo com farinha, e uma coié de arroz, o resto era torresminho de porco, nós criemo na carne de porco, criamo na carne de passarinho. Enfarinhado, abobrinha, couve. Caça do mato, tatu, paca, porco do mato, passarinho, e a mistura era peixe, ia no tanque e minha vó fisgava um trairão. (Aparecida).

Em função do trabalho, em sua maioria responsável pela saudade, foi a roça e da obtenção do alimento, e, ainda, era uma fonte de socialização entre os indivíduos quando compartilhada, a colheita unia grande parte das pessoas em um trabalho mútuo e reforçava o ideal de comunidade. Como a alimentação era predominantemente de subsistência, essa foi parte do trabalho, da sociabilidade e de interação com o mundo.

Foto 5. Dona Aparecida, mariscando em um tanque no município de Jujutiba.



O ato de mariscar ainda é comum nos tanques e rios do município de Jujutiba. Os moradores pescam quando é possível e complementam sua alimentação através das práticas tradicionalmente realizadas pelos “antigos”.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2017.

Quanto à alimentação, algumas práticas podem ser levantadas aqui, como a troca de parte das plantações como a divisão da criação, quando esta era “matada” no quintal. Na base da dieta estavam: virados de feijão, paçoca de pilão, batata doce, mandioca, milho, criações de galinhas e porcos, bem como pode ser destacada a caça de tatu, pássaro, jacu, porco do mato, pesca, lagarto, entre outros, consistindo na base alimentar da vida caipira. Um alimento que era utilizado na maioria das receitas produzidas, era o milho.

Nóis prantava aqueles alqueire de mio, pegava os saco né, jogava n'água né, minha vó fazia doi, treis saco de farinha, e custurava o saco assim e punhava no giral pra dá pro meis pra nóis comê. Dexava treis dia de molho, depois tirava do saco e passava a mão e saia tudu aquela casca do milho, aquela casquera do milho, e banava dinovo e ponhava pra soca, (...), o minjolo trabaiava dia e noite, quatro hora, três hora, com a minha vó com luz de querosene.

(...) cada biuzão, pegava um pratão pra mim comê (...) Ai botava um cadinho de farinha pra mim e comia farinha com café. O nosso pão era farinha, café e biu de milho (...) saudade do tempo da minha vó, daqueles minjolo que fazia farinha.

Ê... mais gostoso aquele fogozão de lenha, uma taipona lá, aquela lenha lá bem quentico, ponhava o pé esquentando no fogo, minjolo trabaiano e minha vó no forno lá, torrando fazendo biu, eu ficava cordado, o cachorro latino noite inteiro por causa do minjolo, e minha vó 'fica quieto. A onça vem, vai vê só', mas tudo aberto nossa casa!, num era casa, era um rancho de fazê farinha. (Aparecida).

Quando a produção era demasiada suficiente para sua alimentação e para a troca, como o milho e o feijão, estes eram levados ao mercado de Santo Amaro – atual distrito de São Paulo - para a venda ou troca por outros gêneros alimentícios. Como grande parte da alimentação era de subsistência, recorria-se ao mercado para adquirir produtos que não produziam, como o açúcar e o sal, esse era o contato com o mundo exterior ao do bairro em termos de trocas econômicas.

O contato com a natureza também é algo muito notável, o uso da terra trazia para o indivíduo uma conexão com a natureza, na qual está seu sustento, plantas e ervas curativas, o saber sobre o tempo, o ritmo ecológico que se assemelha ao deitar e levantar, exemplos de um estilo de vida que se encontra oculto no cotidiano desses indivíduos - se formos considerar a supressão do tempo e espaço a que estão submetidos na sociedade atual -, pois esse saber permanece com os “antigos”, e, quanto mais próximos das gerações seguintes, passam esses saberes a eles, sejam em forma de superstições e de contos, através da tradição oral, do ensinar a fazer como resquícios de uma outra sociabilidade.

“Para o trabalhador rural a natureza forma parte deles – e a beleza, como substância e processo da natureza pode-se dizer que a personifica. [...] Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física do contato.” (TUAN, 1980: 111). O contato com a terra, foi assim, inerente a sua sobrevivência, sustento e reprodução de vida, lugar de lembranças e de pertencimento.

Minha vó ainda fazia sabão de cinza, pra dor de perna, pegava e lavava a perna no sabão de cinza (...) minha vó já pegava o sabão: 'lave bem lavadico e deite lá e embruie no cobertor', era um colchãozinho de pena, minha cobertura que minha vó fazia. (...) dá saudade não dá, hoje né, hoje nós tem tudo, nós tem fogão de gás, tem armário, tem guarda-roupa, tem piso no chão, nós não tinha piso, a parede, nós catava aquelas bolota de barro vivia tampando os buraco na parede, (...) não tinha banheiro, usava maço de sabugo de mio (...) porque será que nunca pegamo cobrero né? Deus livrava né. (Aparecida).

Na história que é contada pelos próprios moradores, estas pessoas em sua maioria não estudavam ou não chegavam a completar os estudos, sendo assim analfabetos, pois não era de serventia alguma para o trabalhador da roça, que vivia do plantio para subsistência. O que, por sua vez, permitia a manutenção de uma igualdade social perante os indivíduos pertencentes a uma mesma comunidade.

Foto 6. O trabalho na roça: uma mão na enxada e outra “mãozinha” para auxílio.



Era comum encontrar momentos como esses: os filhos eram levados junto dos pais, dos tios ou parentes mais próximos para prestar auxílio e ao mesmo tempo, aprender como o trabalho era feito. A instrução “não formal” era predominante nas práticas cotidianas.

Fonte: Juquitiba e suas fotos históricas. Disponível em: <https://goo.gl/J6hr5f>. Acesso em: maio/2018.

A partir dessa premissa de aprender com os pais desde cedo, as crianças eram solicitadas ao trabalho, e, a maioria não frequentando a escola, a alfabetização caía em desuso pela população. “[...] a instrução que vai servir de instrumento para os indivíduos viverem, é aquela ministrada informalmente pelo exemplo de seus pais e pelo aprendizado direto sob orientação destes. Na roça, aprende-se vendo e fazendo.” (QUEIROZ, 1973: 147). Ver e fazer é ainda presente em muitos casos, se formos considerar o grupo de moradores que incluem seus filhos no trabalho em sítios, quando estão empregados como caseiros de chácaras, aprendem como realizar o serviço ajudando os pais, conciliando escola e trabalho.

Além da solidariedade vicinal que era encontrada quando os moradores do bairro eram solicitados a prestar auxílio com a colheita, ou na troca alimentar e, ainda, no auxílio da mão de obra familiar, o trabalho praticado de forma independente, permitia que os sitiante frequentassem festas, compras, peregrinações, conforme seu próprio tempo.

O parceiro e o sitiante, nos períodos de menos trabalho, costumam dispor não apenas do domingo, mas do sábado, no todo ou em parte, para as idas ao povoado – a compras, transações, ou simples passeio. Nestes dias têm lugar as festas, nas capelas ou nas casas; as visitas de bairro a bairro; as recreações locais, como o jogo de malha; a caça e a pesca. (CÂNDIDO, 2001: 157).

Fato relevante que marcou a vida desse grupo social enquanto modo de viver, é referente a uma predominante religiosidade em suas práticas sociais. Assim como as festas, que a priori reuniam as pessoas e os bairros, havia esse momento de encontro com o mundo exterior: ocorriam com frequência, senão anualmente, viagens em romarias e excursões para pagar promessas, tendo como destino cidades religiosas como: Aparecida do Norte, Pirapora do Bom Jesus, Iguape, São Sebastião, entre outras, o que desmistifica o total isolamento do povo do sertão.

Foto 7. Viagem para a Festa do Bom Jesus em Pirapora do Bom Jesus, 1950.



Na imagem, é possível ver a organização dos sitiante de Juquitiba em um caminhão como meio de transporte para a ida a Pirapora do Bom Jesus. As viagens que eram recorrentes, duravam cerca de oito dias e faziam parte de uma peregrinação tradicional, pois a festa do Bom Jesus representava o fim do período agrícola.

Fonte: Juquitiba e suas fotos históricas. Disponível em: <https://goo.gl/Zdv2Ve>. Acesso em: maio/2018.

Segue relato sobre uma dessas viagens para fora do município de Juquitiba:

Fazia excursão pra Pirapora, no caminhão botava uma tábua assim, todas as muierada sentada, (...) o caminhão levava nós pra Pirapora, pra Iguape, podia andá na pista que ninguém pegava, até no Norte cê ia no caminhão, tudo sentado naquelas tábua, botava uma lona pra protege por causa do Sol e chuva né, a minha vó levava carderão de feiche de lenha, o Varisto compro a cabeça de boi ainda pra cozinhar, com aquele zoião e aquele chifrão ali, colocou de pé a cabeça do boi, aí eu entrei dentro quase morri de berrar com a cabeça do boi 'tire aquele coiso zoiudo dali eu num quero'. Aí a madrinha falou 'não, nós vai cozinha, comê o cardinho e o miolinho gostoso'. Lá em Pirapora. Diz que punharam num latão de querosene, de tinta, lavado tudo, e cozinham (...) iam comer o zoio e o miolo da cabeça do boi, (...) 'creindeus pade', esse baita cabeça de boi reganhado lá no cantico de pé. (...) eu lembro cada excursão que nós fazia que era com caminhão, coberto com lona, e tudo nós cantano né, a música de Pirapora, ia cantano, vortava cantano. (Aparecida).

Outra forma de reunião da comunidade, sobretudo de base do catolicismo rústico – sem o intermédio do papel da igreja -, eram também práticas comuns realizar festas, procissões e romarias, manifestando o simbolismo de suas tradições. As festas realizadas no próprio município, e que tiveram um grande impacto nas lembranças, foram o dia de São João, dança a São Gonçalo, a dança de fitas, dança de Catira, Folia de Reis, dança de Santa Cruz, entre outras.

Considerando as comemorações religiosas e reuniões periódicas para celebrar e estabelecer vínculos sociais, há uma que se destacou como a mais correntemente praticada e ainda popular no município, a Festa de Santo Reis, que ganhou fôlego e se tornou mais significativa nos bairros rurais, sendo uma forma de integrar não somente o bairro, mas também de construir uma ligação entre bairros, considerando a similaridade social e de identidade dos participantes.

Persistia assim ali, a 70km de São Paulo, em sua forma mais tradicional, o ritmo de vida característico da civilização caipira paulista e da civilização rústica brasileira, composto de fases sucessivas de dispersão e reunião: a dispersão decorrente das necessidades do trabalho agrícola, efetuado por cada família em sua roça, a reunião peculiar às comemorações religiosas. (QUEIROZ, 1973: 91).

Diante do marco religioso da população, há também que ser mencionada aqui, a importância dos saberes populares que entram como parte dessa cultura, como as superstições, os causos, a medicina natural, as histórias passadas de geração em geração como formas de dar continuidade a essas maneiras de viver. Embora passe despercebida em seu modo de agir e de pensar, essas histórias possuem continuidade por haver, até então, quem as ouça e as reviva na imaginação.

Minha vó contava da assombração também que, seis hora da tarde tinha sombração, meio dia em ponto e meia noite em ponto tinha sombração, aí eu também via, bem na descida do morrão eu vi durante meio dia em ponto. A madrinha Pedra, a tia Zara e eu fomos buscar lenha lá. Ai a madrinha Pedra falou: 'vem aqui fica com a gente que na estrada é perigoso assombração. 'Eu nunca vi, queria vê'. Deus é testemunha que eu não to mentino, dois de vermelho, parecia palhaço de Santo Reis. Ficava hum, hum, hum, hum. Desse jeito, dava pra escuitá direitinho. Hum, hum, hum, hum, (...) e eu fiquei assim, oiando... será que é mentira? Pronto, cabelo meu cresceu assim! Ai eu não tirava o olho, ficava hum, hum, hum, hum, sabia que tava tudo de vermelho, aí não sei se foi no matinho, ou se desceu (...) 'Madrinha, madrinha, a folia de Santo Reis deve tá vindo, que palhaço tava ali'. 'Que palhaço? Que folia? Não é tempo de folia', 'mas eu vi o palhaço todo de vermelho (...) e entro no meio do mato, um foi pra lá outro pra cá'. 'Cate o feche de lenha e vamo bora depressa, tá vendo creindeus pade, aqui é sombrado. (...) eu vi, comecei a repiar tudo, 'nossa, é sombração' a madrinha, 'reze, reze'. (...) A madrinha primeiro me ensino a reza o pai nosso, oferecê ave maria, oferecia pro anjo da guarda e tudo e me ensino a rezar.

Eu vi cabelo de caipora, eu vi lobisomem, aqui naqueles tempo, dissero que o Jorge Rosa isquê. era lobisome, ele vinha traze batata pra madrinha, eu, 'Jorge, dá risada aí Jorge', 'por que?' 'quero vê seu dente'. O Varisto: 'sai pra lá', eu disse: 'sai daqui Varisto, tá vendo que o Jorge é lobisome, e oia, se o Jorge dá risada deve tá sujo de galinha no dente do Jorge', 'ah eu vou embora, não quero batata' saiu o Jorge Rosa e ia embora louco de brabo, até agora o Jorge não pode vê eu, ele não gosta de eu, e ele é vivo ainda, eu vi ele lá no barnabés esses dias: 'oi Jorge'. Ele: 'oi,oi' desse jeito pra mim. Desde criança tentava ele: 'madrinha, ó lá o lobisomem tá vindo madrinha, feche a porta pro lobisomem'... (Aparecida).

É muito comum encontrar histórias de vida que são contadas e passadas oralmente como exemplos para os demais, é alguém que ficou doente e foi curado, uma aparição, um lobisomem, um saci, tudo é lembrado principalmente pela esfera imaterial, que é rica em função de uma condição material menos abundante, não que por uma existir anule a outra, mas é possível encontrar riqueza onde visivelmente se vê pobreza. O espaço dedicado ao lúdico torna-se essência do viver e de sua riqueza.

O principal traço que define essa população, mais do que econômico, e que retrata bem esse perfil, é esse modo de vida social e cultural, tão presente no imaginário. Embora redundando em um saudosismo de um passado, que não foi perfeito, mas, ainda sim, em face das consequências da transição modernizadora da vida, do passageiro, dessa fragmentação dos sujeitos e de sua identidade, há um lugar na memória que acaba por se tornar um refúgio.

Considerando o período histórico em que se vive na atualidade, muito do vivido se encontra em hibridação com o mundo atual, muitos aspectos da vida urbana são incorporados ao entendimento do mundo, pois “[...] o processo de globalização acaba tendo, direta ou indiretamente, influência sobre todos os aspectos da existência: a vida econômica, a vida cultural, as relações interpessoais e a própria subjetividade.” (SANTOS, 2011: 142).

Podemos mencionar sobre a perda de referência e de identidade em um mundo fluido proporcionado pela instabilidade e fragmentação dos sujeitos. Ou ele não se reconhece nas suas práticas diárias ou não conhece sua história, não consegue identificar qual sua identidade no mundo, o que pode redundar, na maioria dos casos, em um não pertencimento.

A partir do momento em que o modo de vida rural recebe elementos exóticos a ele como a hora marcada pelo relógio, a distância da mata que não pode mais ser tocada, protegida pelas leis ambientais ou então a energia elétrica que ilumina os becos, ruas e estradas de terra, trazendo consigo a diversão individualizada com a televisão [...] o medo some e as histórias e causos permanecem como lembranças, sem serem renovados. (MARIANO, 2001: 246-247).

Criam-se padrões e modelos de consumo que criam espaços-tempo diferentes do habitual das pessoas para com o lugar. O modelo urbano de vida se insere na vida cotidiana e assegura relações que produzem um novo espaço, não rompendo totalmente com o anterior, mas o tornando residual. “As novas condições de existência se realizam a partir de uma rotina organizada (no espaço e no tempo) da vida cotidiana que transforma radicalmente a sociabilidade empobrecendo-a [...]” (CARLOS, 2017: 11).

Os relatos se referem assim, sempre a um passado, perdendo espaço para essa sucessão, porque o presente marca uma outra configuração do tempo, o espaço agora reproduz-se através da produção de uma sociedade global, como um fenômeno em cadeia. Chamamos de “eventos” (SANTOS, 2008) transformações que chegam aos lugares, alterando sua configuração em diferentes escalas, e cada lugar recebe esses eventos de forma diferencial.

Apesar da falsa sensação de incorporação dos modos de vida por um tempo predominantemente global, o lugar se destaca, pois, este não tem sua história apagada: ela é motivo de resistência. Inconscientemente, indivíduos não conseguem se adaptar tão rapidamente a um novo sistema produtivo, e ao não serem “dominados” pelo tempo global, podem enfim manter parte de suas vidas a salvo, seja na memória, em pequenos gestos, ou na sua simplicidade de modo de vida.

Frente a uma tendência a homogeneização que não se realiza, visto o nosso processo histórico marcado por uma modernidade incompleta, se aprofundam as especificidades do lugar pela diferença de eventos que nele ocorrem e que são assimilados. O município adquire então, sua posição diferencial em relação a outros lugares na história. Nesse sentido, no capítulo seguinte será esmiuçado o papel do lugar na região na qual está inserida, fisicamente e politicamente no que diz respeito ao planejamento e sistematização do tempo e espaço, destacando qual o papel do lugar e um contexto mais amplo de trocas socioeconômicas.

2. AS CONTRADIÇÕES DO MODERNO: O MUNICÍPIO NA ATUALIDADE

Muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares.

Milton Santos

Desde antigas pesquisas realizada no município⁷, já foram registradas conexões econômicas com a região na qual está inserida, o que também foi decisivo para as mudanças encontradas no município de Juquitiba, que estavam intimamente ligadas a um tempo de mudanças que ocorria na capital do estado. A interação mais significativa se deu com a expansão da urbanização que chegou a modificar as relações sociais e econômicas, mudando-se assim os regimes de trabalho e modos de vida.

Em uma análise cronológica, podemos dizer que Juquitiba, até então sertão de Itapecerica, elevada a vila e a distrito de São Lourenço da Serra, é enfim elevada à categoria de município em 1964, que, por sua vez, revela um elemento externo, pois crescia na época uma maior organização do estado de São Paulo e do país em um processo modernizador. Foi crescente a multiplicação de municípios, com uma racionalização e organização que não poderiam mais sustentar uma antiga civilização caipira:

[...] à medida que o país se organizava e progredia, os centros administrativos proliferaram e impuseram aos sitiantes práticas e comportamento oriundos de um universo social e de uma concepção da existência completamente diversa daquele que espontaneamente se construía no interior dos bairros rurais. (QUEIROZ, 1973: 125).

Essa mudança, alçada no período histórico de expansão do capital, alterou notadamente aspectos materiais e imateriais da vida, em um processo modernizador correspondente a racionalização em diferentes âmbitos da vida. Sucederam uma série de ações que ficaram conhecidas por globalização, que em sua essência busca assimilar lugares em rede, tornando-os unificados como parte de uma estrutura. É crescente a participação de uma sociedade antes isolada em um mundo global através da interdependência, mediada principalmente pela troca econômica.

Assim como o espaço se torna racionalizado, o tempo torna-se passível de ser controlado. “Essa previsibilidade de comportamento assegura, de alguma maneira, uma visão mais racional

⁷ Trata-se das pesquisas realizadas por Queiroz (1973), Fukui (1979) e Petrone (1995).

do mundo e também dos lugares e conduz a uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder.” (SANTOS, 2011: 63).

Com o avanço do comércio e da troca que chegou ao sertão, se estabeleceu uma conexão econômica com seus arredores de forma intensificada, criando uma interdependência, uma clivagem na reprodução dos meios de vida que consistia na independência da vida caipira, da *desnecessidade de trabalho*⁸. As mudanças ocorridas na esfera do trabalho, impuseram outras formas de obter o meio de reprodução de vida, agora marcada pelo tempo do relógio. Contudo, ainda foram deixados lugares tidos como residuais que carregam essa “lentidão”.

Pensando no contexto de um lugar que não pode mais responder às necessidades de determinado período histórico, e ainda, se tornando interdependente em uma hierarquia urbana, podemos caracteriza-lo como pouco desenvolvido no que diz respeito aos objetos técnicos, e, considerando sua condição de formação socioespacial ao longo do tempo, a área de análise pode ser considerada sem muitas infraestruturas, em contraposição às áreas de densidade técnica e informacional.

Cabe destacar um conceito trazido por Lefebvre (1999), em relação à expansão urbana, em que apresenta a formação de duas situações decorrentes da implosão-explosão da cidade. De um lado tem-se a centralização do comando, e de outro, um espraiamento do tecido urbano, fielmente visível pela configuração da área metropolitana, assim, as cidades pequenas tornam-se “semicolônias da metrópole”.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, “o tecido urbano”, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano. Mais ou menos denso, mais ou menos espesso e ativo, ele poupa somente as regiões estagnadas ou arruinadas, devotadas à “natureza”. (LEFEBVRE, 1999: 17).

O espaço geográfico, atualmente compartimentado, traz com ele a divisão como uma rede. Lugares e regiões funcionam em sintonia para que haja um “equilíbrio”, trazendo o papel das áreas centrais e periféricas como um pacote completo da globalização. Não há aqui a polarização de centro e periferia, mas uma junção, pois o papel da metrópole se espraia para todos os lugares. “Há, todavia, sempre, uma seletividade dessa difusão, separando os espaços da pressa daqueles outros propícios à lentidão [...]” (SANTOS, 2011: 84).

⁸ Antonio Candido (2001) retrata a desnecessidade de trabalho como característica cultural caipira, devido a autonomia e independência no trabalho para ganhar a vida.

Aprofunda-se um quadro conhecido como divisão territorial do trabalho, em que, a cada momento histórico se imprimem novas formas e funções aos lugares, bem como pode ser descrito pela distribuição de recursos no espaço geográfico. Recursos esses que possuem um valor específico e significativo dependendo do conjunto de funções que participam em dado lugar, se estabelece, então, uma hierarquia de ações conforme a distribuição espacial desses recursos.

A cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos outros. É assim que se forma e se mantém a sua individualidade. O movimento do espaço é resultante deste movimento dos lugares. [...] esse movimento dos lugares é discreto, heterogêneo e conjunto, ‘desigual e combinado’. (SANTOS, 2008: 133).

Considerando essas repartições espaciais, devido a distribuição e assimilação diversificadas de cada modo de produção criado, coexistem no espaço, temporalidades diferentes, que conduzem a uma noção encontrada em Marx, de formação econômica-social (F.E.S). Datando as relações sociais de diferentes idades, e ainda, considerando a evolução diferencial da sociedade, a noção expressa as sobrevivências de formações anteriores frente a atual estrutura capitalista, e assim, as temporalidades se refletem em uma noção de formação socioespacial. (SANTOS, 2008).

Situando a formação de sociedades ao longo do tempo, essa formação específica faz parte do perfil da sociedade em sua totalidade, servindo como base para entender a singularidade criada pelos lugares. Apesar de mundializado, cada lugar se torna único devido a sua formação econômica e social específica, o lugar reflete o mundo, entretanto, o mundo se reflete no lugar de forma diferencial, pois a distinção dos lugares se dá pela combinação de temporalidades. “As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O ‘valor’ de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção [...]” (SANTOS, 1974 apud SANTOS, 2012: 28).

“A atual repartição territorial do trabalho repousa sobre as divisões territoriais do trabalho anteriores. E a divisão social do trabalho não poder ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas.” (SANTOS, 2008: 141). Essas formas herdadas – que podem ser naturais ou construídas - passíveis de serem reconhecidas na paisagem são as chamadas rugosidades, testemunhos do passado que resistem, ainda que, com a superposição de novas formas.

Considerando a tendência da modernização e sua inserção desigual em todos os aspectos da vida, levando em consideração modos de vida já existentes, há um desenvolvimento

desigual, inerente à globalização. Ou seja, as estruturas políticas, econômicas e sociais não estão no mesmo nível em todos os lugares, gerando um grande descompasso. Lefebvre (1957 apud MARTINS, 2011), fala de um atraso do real em relação ao possível, pois há ritmos desiguais do consumo de bens públicos, serviços, infraestruturas, e o econômico se sobrepõe as necessidades sociais. “[...] as possibilidades sociais, culturais, políticas e históricas criadas pela mais-valia realizam-se descompassadas em relação à produção, a quem produz e ao local da produção.” (MARTINS, 2011: 145).

Deficiente da construção de aparatos técnicos, e não fornecendo base para a reprodução do capital, se torna inviável e sem vantagens dotar o território de infraestrutura que seria dedicado a reprodução do capital. O que, por sua vez, abre possibilidades de ser menos regulado por um sistema racionalizador, tornando-se nítida a existência de espacialidades simultâneas, em que diferentes racionalidades e grupos humanos ocupam o mesmo espaço. Essas outras racionalidades, consideradas como contra racionalidades – por não se submeterem a uma lógica hegemônica – é constituída pelos excluídos da sociedade. Ao possuírem pouco acesso aos bens materiais da modernidade, não se encontram totalmente sujeitados a essas racionalidades dominantes.

2.1 O PAPEL DE JUQUITIBA NA RMSP

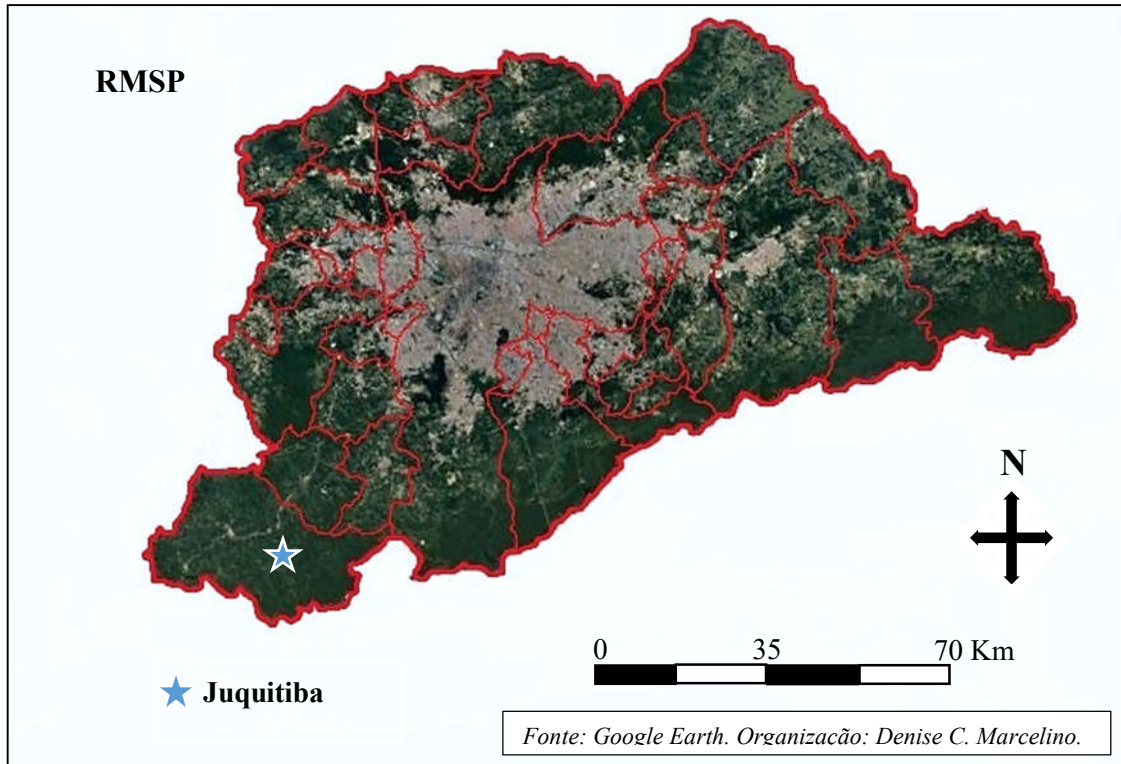
De acordo com Lefebvre (1978), para que seja possível identificar as tendências gerais de crescimento ou estagnação de uma cidade, se faz necessário, a investigação de uma tendência que se inscreva dentro do estudo de uma área mais ampla na qual a cidade está inserida, considerando o seu arredor e o planejamento desse território.

Ainda considerando o tempo histórico, relativamente “isolado” do momento de expansão econômica e industrial em meados do século XX, o município de Juitiba permaneceu com sua especificidade econômica e social, visível na composição territorial e no espaço. “A dotação de infraestruturas e, principalmente, a alocação de indústrias ocorreu de forma altamente seletiva do ponto de vista espacial, do mesmo modo que os benefícios de todo esse processo também foram altamente seletivos do ponto de vista social.” (MORAES, 1994: 21).

Sendo este aspecto de seletividade espacial resultante da posição do município em determinada divisão territorial do trabalho, essa herança se torna decisiva quanto às leis e políticas direcionadas para um planejamento do município, bem como de sua participação na RMSP, pois aqui o papel das políticas públicas se destaca como criadora de espacialidades. “[...] existem ações estatais que modulam o espaço qualificando-o como condição para outras

especializações. A estas políticas denominamos territoriais, isto é, as que produzem espaço.” (MORAES, 1994: 29-30).

Mapa 3. Região Metropolitana de São Paulo e limites dos municípios, 2018.



Juquitiba é o município mais “verde” na RMSP, com baixas taxas de urbanização, o município possui restrições quanto ao uso do solo assegurado por leis ambientais de proteção aos mananciais e se insere como parte do corredor da Mata Atlântica.

No que se refere ao planejamento e criação de leis, da difusão da urbanização associada a Região Metropolitana de São Paulo, o período em estudo deve considerar um momento de formação territorial que ganhou força por volta dos anos 70 e 80, sendo responsável pelo “[...] domínio do planejamento geral metropolitano, a partir dos interesses do grande capital, nacional e/ou multinacional, e/ou do Estado a ele articulado.” (SEABRA, 2003: 79).

Durante esse período dos anos 70, referente a uma reestruturação econômica devido ao novo papel das grandes metrópoles frente a globalização, houve uma concentração de atividades de comando associada a uma mudança para a economia de serviços - que ganha força, e passa a ser predominante nas décadas seguintes - e do aumento da informalidade de emprego, que passariam a se expressar nos padrões de rendimento, nos padrões espaciais, de consumo, entre outros, se refletindo no território que circunda a metrópole como um todo.

O padrão expansivo da economia-mundo cria suas formas específicas de expansão territorial e de apropriação de espaços, [...] objetivados pelos

processos de ‘colonização moderna’, que acabaram por configurar o ‘antigo sistema colonial’. Tais territórios constituem acréscimos dispersos e descontíguos do espaço metropolitano, que respondem a este comando e se consolidam na própria internalização dos agentes exteriores. [...]. As colônias são porções da economia-mundo, na qual se apresentam como partes subordinadas de um império, e, em conjunto, delimitam a verdadeira periferia do mundo capitalista. (MORAES, 2005: 56).

Nessa onda modernizadora, Juquitiba se circunscreve como parte da RMSP já no ano de 1973, e se viu no município - como em outras partes da mancha urbana da metrópole - o crescimento do setor de serviços, visando alimentar a expansão econômica das áreas subjacentes, Juquitiba, em uma alternativa encontrada para uma transição de modo de produção, foi deixando o antigo modelo de vida tradicional que poderia culminar em decadência se não houvessem mudanças.

O município passa a participar ativamente de um planejamento e de uma institucionalização do espaço. A RMSP foi instituída a partir da Lei Complementar Federal nº14, 8 de junho de 1973, tendo por objetivo agregar áreas para um “melhor” gerenciamento regional. Municípios foram sendo incorporados e divisas foram mudadas de acordo com as necessidades de gestão do território, sendo Juquitiba um dos 9 municípios que foram desmembrados em 1964, período histórico marcado por um projeto de modernização do território.

Houve um aumento das áreas metropolitanas nos anos 80, marcadas por áreas periféricas, em sua maioria desprovida dos serviços urbanos para a manutenção da força de trabalho. Foram englobadas áreas que a princípio não deveriam ser construídas para evitar a ocupação de área de proteção de mananciais, como ao sul e sudeste da Região Metropolitana. (SANTOS, 2009).

O projeto de modernização no país sempre seguiu um padrão colonial de anexar territórios, e assim o é quanto ao planejamento e controle dos territórios. Como símbolo da modernidade, onde antes se encontrava o sertão, se estende uma malha rodoviária, como parte de uma conexão de fluxos e circulação de mercadorias, que vem a ser melhor controlado pela anexação a uma região administrativa. Todavia, o projeto de modernidade como um ideal nunca chegou completamente ao país, localizado na periferia do capitalismo. O que se tem é uma norma de ajuste a esse novo período histórico, que se dá através da normatização e regulação para fazer parte do sistema-mundo.

[...] há, também, o acontecer hierárquico, resultante das ordens e da informação provenientes de um lugar e realizando-se, como trabalho, em

outro. É a outra cara do sistema urbano. Não é que haja um lugar comandando o outro, senão como metáfora. Mas, os limites à escolha de comportamentos num lugar podem se dever aos interesses sediados em um outro. (SANTOS, 2012: 158).

O acontecer hierárquico pode ser definido aqui, como a existência de centros de comandos distantes da realização das ações no espaço e da racionalização das atividades. Assim como o município pode ser “controlado” a distância, por meio de leis e regulações, a própria RMSP se encontra a mercê de uma sociedade global e de seus desígnios. Os eventos registrados em dado território possuem uma intencionalidade que não a dos agentes locais, e quanto mais distante, mais difícil é poder atuar em possíveis decisões sobre aquele território.

Temos um movimento globalizado de normas e ações, e um deles pode ser mencionado pelo modo de produção. De acordo com Milton Santos (2012), os modos de produção seriam, não somente as relações sociais que se transfiguram em dados materiais, mas de aspectos imateriais, como os dados políticos e ideológicos, pois estes têm papel decisivo nas localizações, tornando-se também, uma força produtiva.

As técnicas não ficam restritas aos objetos encontrados no território, mas também como um conjunto de ações que correspondem a uma ideologia modernizante. Dotadas de intencionalidades, mostram a tendência de homogeneização através da racionalidade de coisas e necessidades. “Esta, aliás, é a base primeira da produção de carências e de escassez, já que uma parcela considerável da sociedade não pode ter acesso às coisas, serviços, relações, ideias que se multiplicam na base da racionalidade hegemônica.” (SANTOS, 2011: 128).

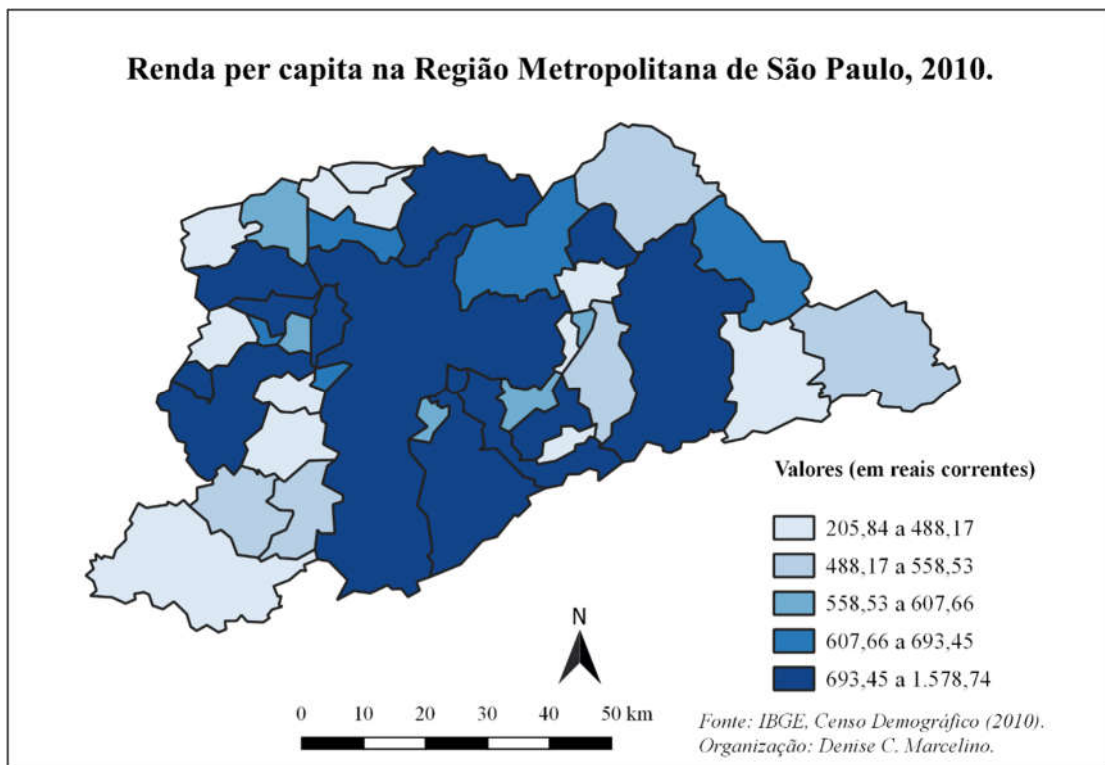
Nota-se uma alta seletividade das técnicas, pois nem todos os lugares recebem a mesma intensidade de técnicas - que podem ser materiais ou imateriais -, ficando a mercê das técnicas hegemônicas que se impõem no espaço. Acentuam-se disparidades territoriais em termos de equipamentos, recursos, informações, força econômica e política, população, níveis de vida, etc. (SANTOS, 2011).

Acaba formando-se um padrão de periférico de urbanização, em que as populações mais pobres se deslocam e passam a ocupar terrenos mais baratos ou, ainda, em situação de irregularidade, pois as áreas centrais abrigam outros comandos de territórios. Como a população mais pobre é quem habita essas áreas periféricas (Mapa 4), a chegada de serviços e infraestruturas é muito lenta, até porque uma população menos favorecida tem menor poder político, e não há tanto interesse em criar infraestruturas urbana, se essas infraestruturas não possuírem uma serventia vantajosa para o capital. O fato de os pobres procurarem cada vez

mais as zonas periféricas se deve ao custo dos serviços. “[...] a chegada de melhoramentos urbano a uma área conduz, a médio prazo, à expulsão dos pobres, pela impossibilidade de arcarem com as respectivas despesas.” (SANTOS, 2009: 56).

Com o espraiamento da mancha urbana, a urbanização tem uma característica marcada pela periferização da população que, essa quanto mais distante do acesso a infraestruturas urbanas e serviços, tende a se deslocar com maior densidade para outros centros urbanos – o movimento pendular de casa a trabalho – e os mais afetados nesse fenômeno são geralmente, a população de baixa renda. “Quanto à Região Metropolitana de São Paulo [...] as despesas com infraestruturas econômicas e sociais são muito mais elevadas no município central do que nos municípios periféricos [...]” (SANTOS, 2009: 60).

Mapa 4. Renda per capita na Região Metropolitana de São Paulo, 2010.



Voltando a citar Petrone (1995), esse foi o caminho que o cinturão caipira encontrou ao longo do tempo, um cinturão de pobreza em torno da metrópole, pois, fazia parte de uma área relativamente isolada de um desenvolvimento econômico, o que, por sua vez, não deixou de ser diferente nos dias atuais e reflete o papel das dinâmicas da sociedade marcadas no âmbito social e espacial ao longo do tempo, mais uma “herança” encontrada em termos de ordenamento espacial e de planejamento.

Pensando ainda em um contexto de assimilação dos lugares a uma ordem global, em uma “pobreza planejada”, algumas áreas tornam-se nós de conexão com uma ordem exterior, compondo as regiões-mundo - em que partem comandos exteriores a ela -, em contrapartida, se acentua a decadência das áreas ao redor.

A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação do fenômeno a que chamamos de *metrópole corporativa*, voltada essencialmente à solução dos problemas das grandes firmas e considerando os demais como questões residuais. (SANTOS, 2009: 106).

Apesar de participar administrativamente da RMSP, o município de Juquitiba não apresenta grandes eventos, o que abre brechas para que a “irracionalidade” no espaço permaneça. As técnicas, provindas de um novo período técnico-científico e informacional ainda não se instalou em todas as formas de vida, garantindo assim, a permanência de outras temporalidades, ou ainda, rugosidades de um período anterior. Apesar da proximidade física, há uma distância política em termos de planejamento das áreas periféricas.

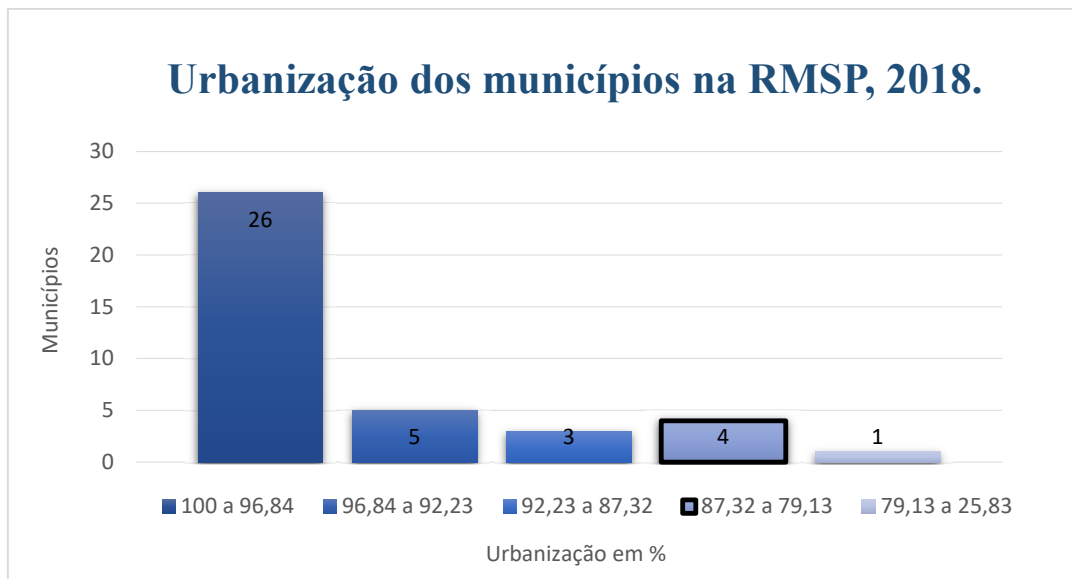
2.1.1 INFRAESTRUTURA URBANA

Considerando a análise feita em razão do alto índice de pobreza que acomete as áreas pertencentes ao redor da metrópole, a predisposição de infraestrutura presente no município corresponde, em sua maioria, a formas de precarização da vida que podem ser contabilizadas como aceitáveis numericamente falando, mas qualitativamente causam mal-estar na população em geral. Considerando o papel da urbanização contemporânea, a reprodução da vida cotidiana é desgastada pela ausência de serviços básicos como: habitação, transportes, alimentação, educação, serviços urbanos, lazer, etc.

No caráter incompleto da modernidade que se estabeleceu sobretudo na condição urbana, há sérios problemas ambientais e sociais que afetam as populações mais pobres. Pensando na expansão urbana a qual o município de Juquitiba vem a conhecer, por sua localização estratégica com vias de circulação e da sua condição de ‘preservada’, essa urbanização pode ser excludente por não fornecer o mínimo de infraestrutura material para a população, essa urbanidade como modo de vida atinge seu cotidiano, contudo, o modo de vida urbano chega de forma mais notável do que a infraestrutura urbana.

Cabe destacar o grau de urbanização do município em relação a RMSP, já que o município se encontra nessa regionalização, há que ser pontuado o grau de urbanização em comparação aos demais municípios incluídos na RMSP. Correspondendo cerca de 84,38 %, é evidente sua posição periférica no que diz respeito a participação econômica em um contexto regional, e de um “planejamento” urbano que acaba sendo excludente.

Gráfico 1. Grau de Urbanização dos municípios na RMSP em %, 2018.



Juquitiba e mais 3 municípios (Biritiba-Mirim, Guararema e Santa Isabel) possuem baixo grau de urbanização e localizações às margens da RMSP. Os municípios com restrição quanto ao uso do solo são áreas de proteção aos mananciais com exceção de Guararema.

Fonte: IBGE. Fundação Seade.

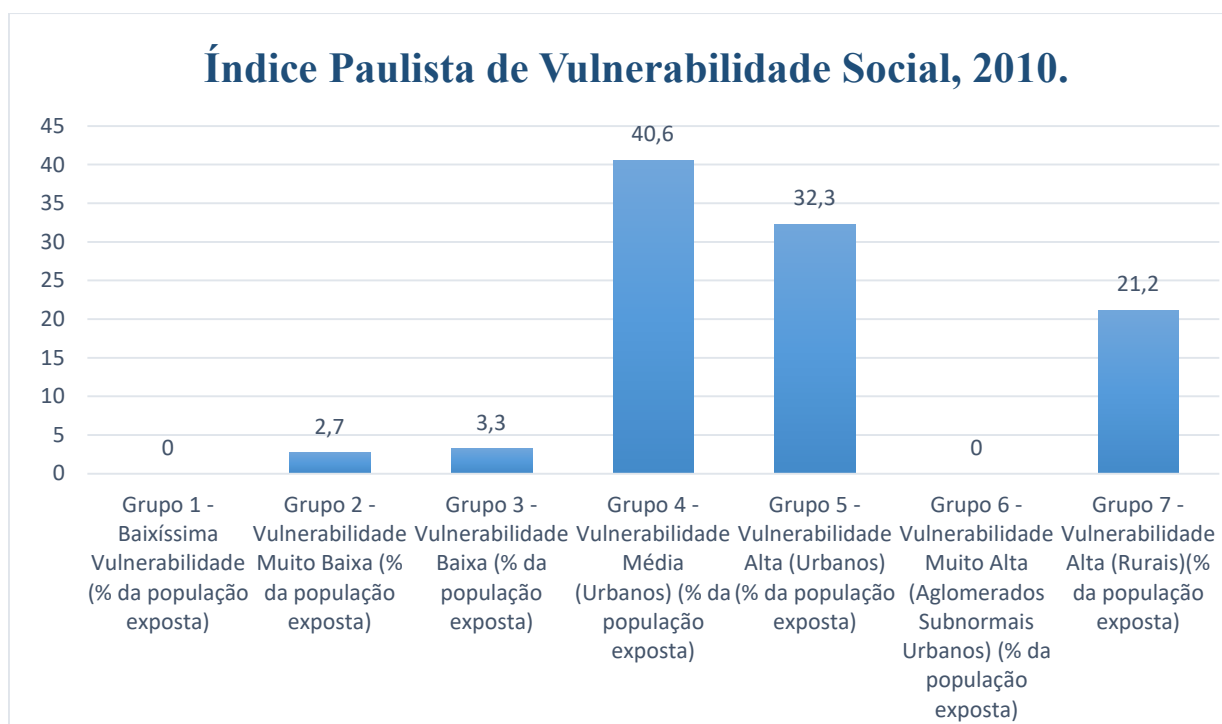
De acordo com dados do Censo (IBGE, 2010), de aproximadamente 22.240 habitantes no município de Juquitiba: 77,39 é a porcentagem referente a população urbana, em vista de 22,61, que corresponde à população rural. Falamos de um urbano de infraestruturas? De construções físicas? Pois essas são precárias, quase inexistentes. O tecido urbano se expande de forma fragmentada, marcada por uma crescente exclusão, e perda de cidadania. “[...] temos um processo de produção espacial onde a reprodução da vida nem sempre apresenta as condições mínimas de subsistência [...]” (CARLOS, 1998: 195).

A população prejudicada nesse processo acaba sendo a dos bairros afastados do centro urbano da cidade como a população rural, ou a mancha urbana se espalha de forma desordenada pela falta de acesso à moradia e a políticas de habitação, causando ocupações irregulares. Essa população rural, ou ainda, que vive em um tempo lento acaba sendo a mais afetada pelas particularidades da natureza, visto que o planejamento urbano, enquanto políticas de prevenção

e de assistência à população é escassa. Por outro lado, o adensamento de urbanização sem base e planejamento também conhece riscos que colocam essa população em situação de vulnerabilidade, pois os eventos naturais acabam sendo agravados pela ação/ocupação humana.

Um ponto a ser mencionado é em relação à vulnerabilidade social da população de Juitituba no que tange a moradia e acesso aos serviços. Há uma classificação conhecida como Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)⁹, mostrando a configuração da cidade de Juitituba em termos de condições à margem do ideal. O IPVS, é uma classificação mais geral que engloba aspectos de vulnerabilidade social, levando em conta dados como escolaridade, saúde, trabalho, acesso a serviços e de mobilidade. Também, é importante salientar, que faz parte dos dados a situação de moradia e de localização segundo dados do Censo Demográfico do IBGE (2010).

Gráfico 2. IPVS do município de Juitituba por grupos de vulnerabilidade, 2010.



É possível notar na classificação dos grupos de vulnerabilidade do município de Juitituba, em que grande parte da população está em média e alta vulnerabilidade, dos 22,61% da população rural, 21,2% está em situação de vulnerabilidade.

Fonte: Seade, 2010. Org. Denise de C. Marcelino.

⁹ “O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS é um indicador criado pela Fundação Seade, em parceria com a Assembleia legislativa do Estado de São Paulo, que permite visão detalhada das condições de vida nos municípios do Estado, com a identificação e localização espacial dos setores censitários de acordo com a vulnerabilidade de suas populações à pobreza.” Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/midia/2015/10/R6_out_2015.pdf.

Levando em conta o potencial hídrico e ambiental da região, a expansão da urbanização é também um fato agravante no que diz respeito à precarização da vida e do ambiente. A população que ocupa irregularmente cursos d'água e áreas de lençóis subterrâneos é crescente, o crescimento urbano desordenado e a valorização da “natureza” enquanto especulação imobiliária, leva a população em situação de vulnerabilidade social a ocupar áreas de risco.

Esse crescimento urbano, sem a base de infraestruturas adequadas, gera problemas ainda maiores, que afetam a população e o meio ambiente, cujo meio deveria ser protegido como assegurados em leis de proteção e restrição de uso do solo, acaba por ser negligenciado, pois se negligencia as pessoas que habitam esses territórios, e isso se reflete no espaço de alguma forma.

A precarização dos serviços públicos que atendem a população de baixa renda e da ausência de políticas voltadas a esse grupo, acentua a fragilização dessa população, a lógica da desigualdade socioeconômica e de espaços voltados para quem pode pagar é um claro exemplo de segregação socioespacial. O valor atribuído à natureza faz dela parte da exclusão: quem não pode pagar por ela, sai em busca de outras áreas menos valorizadas.

Foto 8. Moradias irregulares no município de Juitiba, 2018.



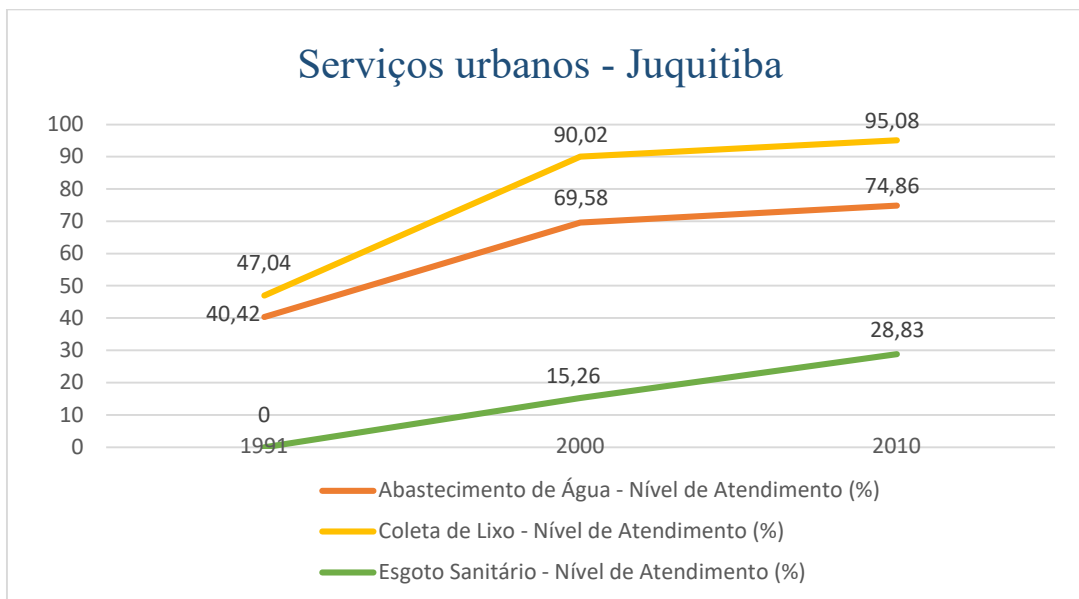
Em primeiro plano é possível ver uma moradia em condições precárias, e ao fundo a BR116, ponto de acesso ao município de Juitiba. No centro urbano, cresce o número de ocupações em topo de morro, acarretando problemas ambientais e humanos. Enquanto as residências-chácara se espalham pelo município, populações menos favorecidas se aglomeram em áreas de risco.

Foto: Jornal agora é sério. Disponível em: <https://goo.gl/G1nFb8>. Acesso em: maio/2018.

As riquezas naturais agregadas à condição de proximidade da capital têm contribuído para que grandes empreendimentos imobiliários sejam implantados na região, principalmente no ramo de hospedagem, o que ocasiona uma ocupação irregular e desordenada do solo e provoca alterações significativas na paisagem. (REIS, 2016: 86).

Dos serviços públicos que podem ser citados em termos de planejamento é o saneamento. Por saneamento, entende-se como um serviço oferecido que engloba: o abastecimento de água; coleta e tratamento de esgoto; coleta disposição de resíduos sólidos; e drenagem urbana. Esses serviços são de responsabilidade municipal, contudo, sua função pode ser transferida para que uma concessionária realize o serviço, assim, os municípios elaboram um plano que é passado para a empresa cumprir em âmbito municipal, porém, no caso de Jujutiba, - e que ocorre na maioria dos municípios - a própria empresa responsável pelo serviço é quem elabora os planos.

Gráfico 3. Serviços urbanos prestados no município de Jujutiba, 1991-2010.



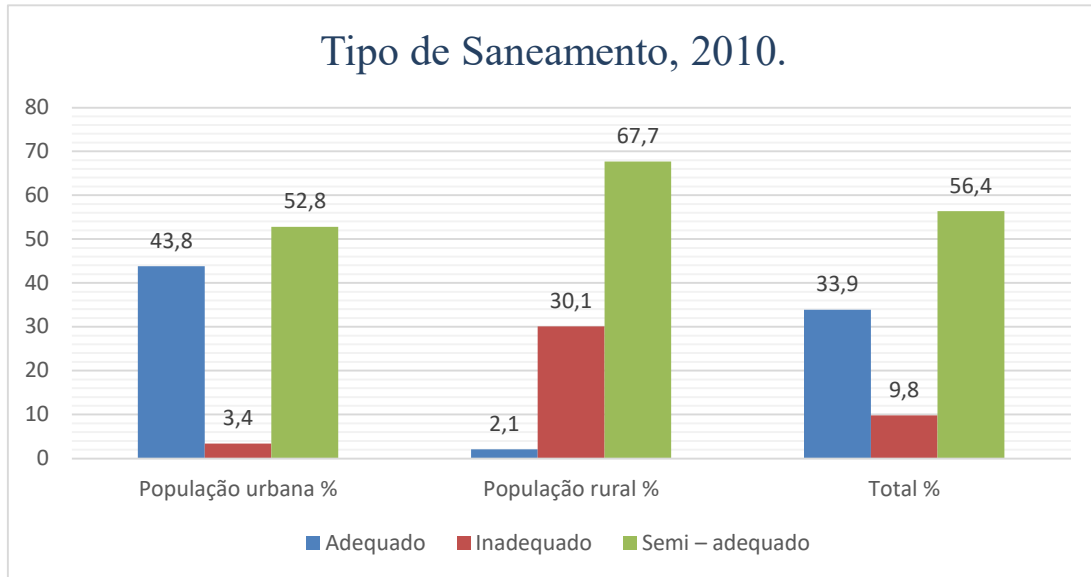
O serviço de abastecimento de água é baixo como as demais cidades ao redor da metrópole, a mesma empresa responsável pelo serviço é a mesma que faz captação de água de reservatórios para abastecer outras áreas da RMSP.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Os dados de saneamento (IBGE, 2010), revelam ainda o percentual do índice adequado: cerca de 33,9%. Ainda que o serviço de saneamento e de planejamento urbano deva ser realizado na esfera municipal, as empresas responsáveis por tal execução estão distantes do município em termos de comando, agravando a condição de exclusão social. “[...] as condições

naturais do município de Juquitiba são afetadas pelo despejo de resíduos industriais, esgoto doméstico e resíduos sólidos.” (REIS, 2016: 86).

Gráfico 4. Dados de saneamento do município de Juquitiba, 2010.



Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Conhecida como terra de muitas águas, o nível de atendimento prestado a população também é relevante no que diz respeito ao abastecimento de água. Tendo em vista que o município está sendo planejado a partir do seu potencial hídrico, que destarte, servirá para o abastecimento da RMSP, reside a sua importância enquanto área de proteção e de cuidados específicos para com o meio ambiente, por hora, o crescimento e acesso a serviços tem sido lento e recente como podem constar em dados divulgados pelo Censo IBGE (2010).

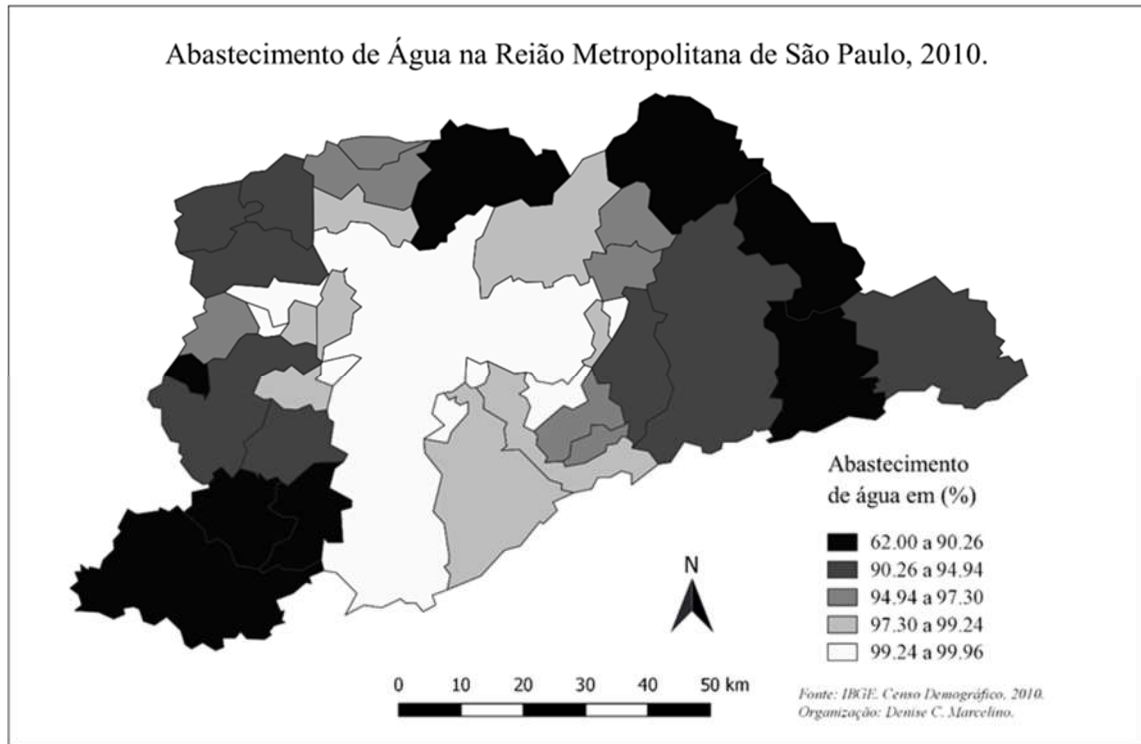
A falta de serviços de infraestruturas aliados ao espraiamento da urbanização pode acarretar uma série de problemas de gestão e de impactos ambientais. Não basta somente a restrição de ocupação, mas sim, de criação de infraestruturas físicas que comportem as já existentes. Há uma capacidade hídrica imensa no município de Juquitiba, e ainda sim, os moradores sofrem com a falta do serviço, ainda que, a mesma empresa responsável pela captação de água pelo Projeto Produtor São Lourenço, forneça água e abastecimento para os municípios.¹⁰

O serviço de abastecimento de água para o município de Juquitiba (Mapa 5), segue com uma taxa baixa assim como outros municípios localizados ao redor da metrópole, evidenciando

¹⁰<https://opardal.com.br/moradores-de-juquitiba-reclamam-da-agua-suja-fornecida-pela-sabesp/>.

a periferização do modelo de urbanização dessas áreas, no qual se observa disparidades socioespaciais.

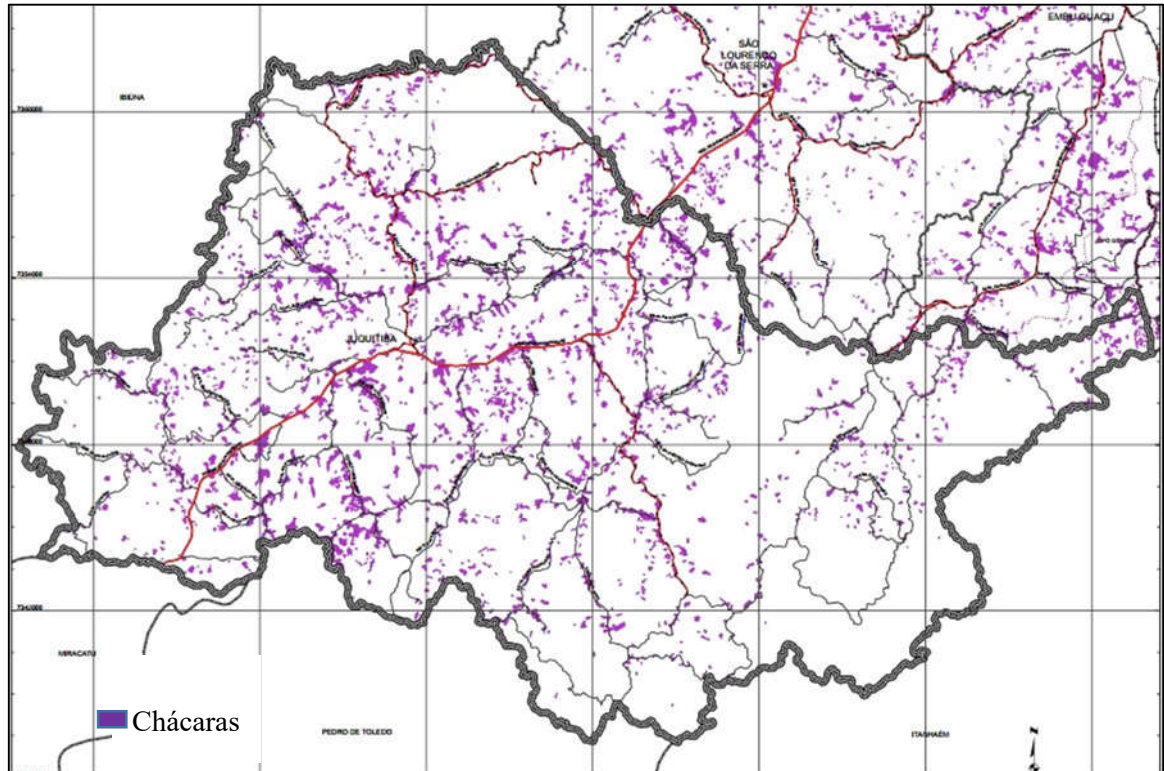
Mapa 5. Abastecimento de água em nível de atendimento na RMSP em %, 2010.



Devido a presença de leis que asseguram restrições quanto a ocupação residencial e industrial do solo, o processo de urbanização – em termos de estruturas físicas - se deu com menor intensidade no município e na sub-região sudeste da RMSP. Notou-se um crescimento do interesse residencial do tipo chácara de lazer ou de segunda residência, sendo a procura daqueles que fogem do grande centro urbano, pela contemplação da natureza, ocorre o que podemos chamar de uma (re) valorização do espaço. O número de chácaras no município contabiliza 7,51% do território, enquanto a área urbanizada cerca de 0,59%. (Mapa 6).

Temos aqui a produção de uma segunda natureza já destacada por Marx, em que, no decorrer da história dos homens, a noção de natureza é uma construção social e reflete o valor que determinada sociedade localizada no período histórico dá a ela. O homem na contemporaneidade, é destituído da natureza e a natureza passa a ter um valor de troca enquanto propriedade, a busca incessante pelo retorno à natureza é devido a uma profunda negação do homem enquanto parte da natureza. “[...] Tratam-se de riquezas naturais transformadas em objetos de consumo e de formas construídas que se agregam ao solo sobre o qual estão erguidas [...]” (MORAES, 1994: 35).

Mapa 6. Uso e ocupação do solo do município de Juquitiba – SP.



Fonte: Emplasa, 2006. (Sem escala)

O município de Juquitiba apresenta o segundo IDH mais baixo da RMSP: 0,709. O município tem 100% de seu território (cerca de 522 km²) como área de proteção de mananciais, e 399 km² em remanescente florestal. As atividades ligadas ao uso e ocupação dos solos são restritas, portanto, permanece sendo um dos provedores de água para abastecimento da RMSP e parte integrante dos corredores de preservação da Mata Atlântica.

O município faz parte da Área de Proteção dos Mananciais - APM (Lei Estadual 898/75 e 1172/76), e, mais recentemente pela nova política da Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais - APRM, (Lei Estadual 9866/97), no que confere a Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, sendo assim o município tornou-se área de interesse para o abastecimento público, principalmente da Região Metropolitana de São Paulo.

A Lei de proteção aos mananciais foi formulada como parte de um conjunto de instrumentos do Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado (PMDI), em 1971. O decreto dispõe sobre diretrizes e normas para a proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais de interesse regional do Estado de São Paulo, e tinha por objetivo, uma orientação frente ao crescimento e desenvolvimento urbano regional, em uma tentativa de proteção aos recursos naturais na área metropolitana. (MARTINS, 2006).

Foto 9. Vista aérea da mancha urbana do município de Juititiba.



Fotografia aérea do centro urbano do município de Juititiba. É possível notar a baixa densidade de urbanização frente a grande extensão da Mata Atlântica nesse território.

Fonte: Blog Adelson Lara. Disponível em: http://adelsonlara.blog.uol.com.br/arch2012-03-25_2012-03-31.html. Acesso em: Junho/2018.

Houve um estancamento no que diz respeito a seu crescimento econômico, tendo assim, o ecoturismo como um forte meio de desenvolvimento econômico local. Os empreendimentos exploram o potencial hídrico da área, que por sua vez, atrai empreendimentos imobiliários, gerando uma ocupação irregular e desordenada do solo.

As políticas públicas ambientais no município no que dizem respeito à Lei de Proteção de Mananciais, impôs restrições relacionadas ao uso do solo e à ocupação, o que incide em restrições na política de parcelamento, ocupação e uso do solo, principalmente na preservação do rio Juquiá que integra a unidade de planejamento da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul - CBH- RB. (REIS, 2016).

No Brasil, as populações menos favorecidas, devido a problemas decorrentes da especulação imobiliária, são, muitas vezes, impelidas a ocupar irregular e ilegalmente locais de grande fragilidade ambiental, como os mananciais de abastecimento, porções muito íngremes das vertentes, beiras de rios, áreas inundáveis, terrenos adjacentes a lixões etc., fato recorrente nas regiões metropolitanas brasileiras. (MENDONÇA; LEITÃO, 2008: 150).

Foto 10. Ocupação em topo de morro no município de Juquitiba.



Foto: Denise de C. Marcelino, 2017.

A restrição na APM, acarreta contradições: a restrição quanto à implantação de sistemas público e abastecimento de água e esgoto nas áreas da classe C – quase totalidade da bacia, deveria inibir a ocupação (Foto 10), o que não ocorreu, induzindo à instalação de fossas sépticas e canalização improvisada de água pelas pessoas que aí vivem. Fala-se de uma ocupação irregular em áreas ambientalmente protegidas, causando conflitos.

Para controlar o uso e ocupação em área de mananciais, foram criadas categorias de restrições, junto a margens de rios e córregos, nascentes e margens das represas. Na bacia, “classe C”, a densidade populacional é baixa, com um padrão de ocupação de chácaras. Nessa classe ficou vedada a instalação de qualquer equipamento de infraestrutura, inclusive redes de água e esgoto. (MARTINS, 2006: 53).

A falta destes serviços básicos implica na degradação ambiental das áreas ocupadas pela população mais pobre, evidenciando mais uma vez a precarização da vida e da falta de acesso a uma cidadania. Portanto, se partirmos do pressuposto que as áreas de proteção de mananciais estão impedidas de certos usos do solo e de ocupação, uma análise local se faz necessária para pensar em uma gestão dos recursos que seja trabalhada em conjunto pelos órgãos competentes, articulando as escalas local e regional a fim de beneficiar ambas partes envolvidas.

Claramente são encontrados fatores externos que influenciam na qualidade de vida da população, esse comando externo que escapa à população é distante e indica sérios problemas de gestão, mas planejamento é o que não falta, considerando as leis e políticas criadas as quais abrangem o município de Juitituba, podemos falar de um planejamento excludente, até porque não existe um não planejamento.

O fato de o município não apresentar taxas significativas de urbanização, visto que é assegurado por leis de proteção ambiental, ele ainda pertence a uma Região Metropolitana, e é passível de receber influências da expansão urbana. Entrando na análise da lógica da urbanização corporativa (SANTOS, 2009), há ambientes de grande vulnerabilidade, portanto sujeitos a eventos como inundações e/ou falta d'água, e a falta de urbanização em termos de planejamento adequado, acarreta problemas referentes à falta de infraestrutura física capaz de suportar o crescimento urbano, gerando problemas ambientais, sociais, políticos e econômicos.

Muitas vezes, o que se quer, não é sair do seu lugar, das relações que se estabelecem em seu cotidiano, do seu bairro em busca de lazer em *shoppings center* e de agitação da vida urbana, porém, se almeja o acesso aos bens prometidos pela modernidade, a socialização dos bens como direitos da cidadania, e que bens são esses? São o básico para a existência humana, ou como diria Antônio Candido, os mínimos vitais, o direito à cidade, à moradia, à serviços, entre outros que dizem respeito a vida cotidiana da população. O cerne da questão não é deixar o município em busca de uma vida melhor, mas acessibilidade aos mínimos para existir dignamente.

2.2 COTIDIANO E TRABALHO

Ao passo em que o município possui um índice de pobreza elevada, temos que considerar que a baixa de empregos é parte de um sistema produtivo globalizado que exclui o que não é interessante ao capital e nega a realização de necessidades sociais. A taxa de empregos no município e de oportunidades de entrar no mercado de trabalho é muito restrita, portanto, a busca por emprego – aquele com carteira assinada e com direitos - é feita fora dos limites do município para as cidades vizinhas como São Lourenço e Itapeçerica da Serra¹¹.

Em vista da desterritorialização em busca de trabalho, as atividades cotidianas são indiferentes para a gestão do território, a prioridade se destina a uma eficiência da circulação

¹¹ Um número baixo em vista da dinâmica pendular na RMSP, cerca de 153 pessoas saem do município à trabalho. IBGE, Censo Demográfico 2010. Contudo, esses trabalhadores vão encontrar empregos nas cidades pertencentes à área sudoeste da RMSP, como São Lourenço e Itapeçerica da Serra.

nas áreas centrais do capital para o capital, sendo assim, os indivíduos que saem em busca de emprego, compõem esse contingente de mão de obra que percorrem longos trajetos no transporte público para trabalhar. A distância percorrida para o local de trabalho esvai o uso do tempo para a sociabilidade em consequência da fragmentação e alienação do tempo. O tempo do encontro e do lazer se resume a horas dentro do transporte público, o que pode ser chamado também de uma “eliminação do tempo”. (CARLOS, 2017: 36).

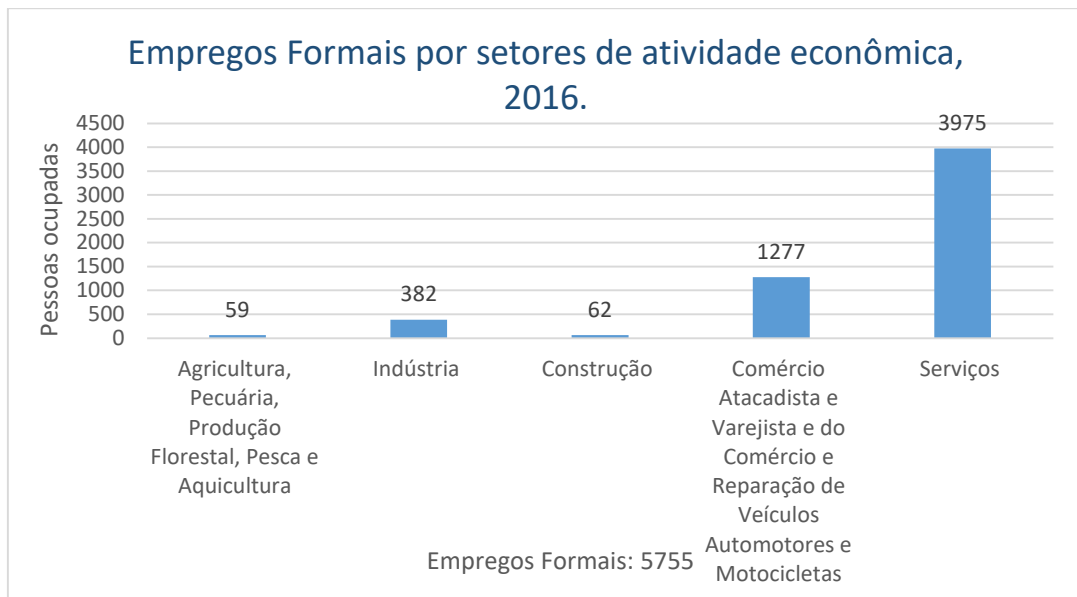
Não há uma perda total do tempo dispendido para as práticas sociais, mas de uma diminuição e apropriação pelo tempo do mercado. A experiência da escassez, inclusive em termos de empregabilidade, leva muitas pessoas a abrirem mão do seu tempo, para se adequar a um tempo racionalizado e de outro sistema de usos e trocas na sociedade.

Há uma produção e regulação do tempo de uso comum à vida - que também produz espaço -, a que Odette Seabra chamou de cotidianidade, “[...] um tempo sequenciado e ritmado em função das necessidades do assalariamento e da difusão do dinheiro. Nestas condições é que um suposto tempo próprio, tempo de uso comum, ia sendo transformado num tempo social.” (SEABRA, 2003: 366).

Aos que conseguem um emprego permanecendo na cidade, estão, sobretudo, empregados no turismo enquanto parte do setor de serviços, a crescente inclusão nesse setor é resultado da valorização imobiliária e da necessidade de emprego a partir de uma reconfiguração na economia global e de mercado, considerando que faz parte de uma das áreas que participam atividade na economia, com a RMSP.

Há destaque para o regime de trabalho “assalariado” em que os caseiros de sítios/chácaras realizam, mas que pode ser também emprego informal não contabilizado em estatísticas de ocupação empregatícia. Em geral, prevalece em número a participação em comércio e serviços como formas de emprego formal. (Gráfico 5).

O município de Juitiba, enquanto parte do planejamento da RMSP, tem seu papel no sistema de hierarquia urbana e de localização como já vimos. O município não é um espaço dotado de tecnicidade suficiente capaz de servir a expansão do capital e da região metropolitana, contudo, possui uma função específica na atual divisão do trabalho, sua situação econômica e social é resultado direto do seu papel na sociedade global. Quando se analisa dados sobre a mobilidade pendular na RMSP, ela não é significativa, havendo um menor dinamismo na redistribuição espacial da população.

Gráfico 5. Participação em empregos formais por atividade econômica, 2016.

O índice que mostra o total de pessoas ocupadas em relação ao número total da população, de acordo com os dados do IBGE (2015) -, corresponde a 16,3% da população. O que em geral, é uma previsão baixa de empregabilidade para a cidade: com carteira assinada, em média são de 5.359 pessoas, e sem carteira assinada: 3.993 pessoas.

Fonte: Seade, 2016. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: maio/2018.

Levando em conta o baixo grau de urbanização do município, ele pode ser enquadrado como parte de uma área periférica da região metropolitana. A urbanização, logo, apresenta profundas separações, a partir de uma significativa segregação socioespacial, no qual o uso do território é tomado pelo seu valor de troca. Se não há interesse econômico no município de Juquitiba, o que justifica sua valorização?

[...] o processo de valorização-desvalorização dos lugares depende de sua situação enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais enquanto lugares estratégicos controlados por estruturas que permitem ao sistema mundial se manter e reproduzir. (CARLOS, 2007: 31).

Os atuais usos do espaço estão visando sempre algum uso externo, seja por projetos que utilizem da condição ambiental presente; por áreas de lazer; reserva de recurso para uso posterior; entre outras. Essa racionalização e ressignificação do espaço não dá voz para a população, para que possa usufruir de seus direitos básicos de moradia, saneamento, emprego, mobilidade, etc. As necessidades imediatas da população são veladas, e se exclui aquilo que não é passível de ser transformado em mercadoria de vista, para valorizar a bela paisagem “natural”. Pode acontecer o que Moraes (1994) chamou de *romantismo*:

Do ponto de vista ambiental, o romantismo se manifesta, por exemplo, no preservacionismo radical, que, no limite, pode veicular perspectivas anti-humanísticas ao colocar a natureza como um valor maior que o homem. Num país como o Brasil – com sua formação territorial ainda inconclusa, com uma sociabilidade altamente perversa com as classes populares, com uma imensa dívida social – a postura romântica tem uma potencialidade profundamente perigosa. (MORAES, 1994: 55).

Seria a natureza uma mercadoria? A crescente racionalização do espaço transforma testemunhos de um modo de vida em resquícios em favor do que deve ser vendido, com a propriedade privada do solo urbano, a natureza torna-se mercadoria com valor de troca. Há um deslocamento no espaço dos moradores destituídos do uso da natureza em sua prática cotidiana. Para Haesbaert (2010), pode haver uma desterritorialização no sentido de uma precarização de laços sociais pela fragilização da vida econômica, política e cultural, uma desterritorialização no sentido da inexistência de um território mínimo a grupos vulneráveis. Excluem-se territórios no sentido de retirar a possibilidade de usufruto social direto, também partindo da ideia de grandes espaços naturais protegidos, da chamada “natureza sem sociedade” com a preservação do “natural”, gerando assim uma exclusão territorial.

A própria ciência moderna criou uma concepção de natureza que instituiu a separação do homem da natureza a partir da oposição sujeito-objeto, pois vê-se a natureza como algo a ser pesquisado, dominado e possuído. “[...] aqueles seres humanos que estão submetidos, explorados e oprimidos é que são, com frequência, associados à natureza [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2011: 97). Cria-se uma ideologia que torna natural a prática de dominação a partir de uma naturalização da opressão de grupos específicos.

Se os homens, em sua maior parte, ficam separados da extensão natural dos seus corpos, isto é, da natureza, veem-se obrigados a comprar no mercado aquilo que poderiam produzir, caso as condições fossem outras. [...] Assim, quanto mais se separa o homem da natureza, mais mercadorias podem ser vendidas e maior produção é contabilizada [...] Alguém compraria o seu arroz e o seu feijão se dispusesse de condições naturais para produzi-los por conta própria? [...] separar o homem da natureza é, portanto, uma forma de subordiná-los ao capital. (PORTO-GONÇALVES, 2011: 115-116).

Como o conceito de natureza é formado a partir dos usos e valores que dada cultura e sociedade estabelece nas relações para com o meio ambiente, o tempo da natureza e dos trabalhadores que dela vivem são suprimidos, pois não podem acompanhar o mesmo ritmo do mercado que se tornou dominante, a temporalidade existente passa a ser então, assimilada cada vez mais pelo capital. A natureza, deixa de ter seu caráter “natural primário”, para fazer parte de uma construção histórica, da formação de uma segunda natureza. A concepção do que é

natural muda de significado conforme o momento histórico a que pertence, e, atualmente, a “natureza” passa a ser capital para utilização imediata ou futura, sendo explorada como mercadoria ou designada como reserva de recurso.

Inclusive, este novo significado da natureza está gerando um novo mercado turístico, com indivíduos, o chamado ecoturismo, com indivíduos que realmente não estão submetidos ao *marketing* e ao turismo de massa, mas sim ao desejo de retornar à natureza. [...] nós temos, do ponto de vista territorial e espacial, uma valorização seletiva dos territórios. (BECKER, 1999: 184).

Com a separação do homem da natureza, o desejo de uma espécie de “retorno” é crescente. Uma vez destituído da sua própria natureza, os indivíduos saem dos grandes centros urbanos em busca do contato com a natureza, torna-se sacralizada por aquilo que não se tem mais e que pode ser obtida através do consumo. Por ocasião, se esquece que a natureza apresenta um conteúdo histórico-social e a transformam em mercadoria-natureza.

A indústria do turismo, por sua vez, produz espaços a serem consumidos/vendidos a partir do setor de serviços – visto que a natureza é a própria mercadoria. Há uma alteração na esfera social e simbólica da população, nas relações de trabalho e nas relações sociais, que giram em torno do consumo do espaço. “[...] As atividades ‘atrasadas’ que foram a chamada para quietude e para ‘ver’ a natureza, se transformam rapidamente.” (RODRIGUES, 1999: 57).

Os serviços de infraestruturas criados - cresce-se que são criados no intuito de serem consumidos pela atração turística -, quase nunca podem ser pagos pela população local, considerando a baixa renda. O consumo se espacializa, resultando em mais um processo de exclusão territorial/social. O valor atribuído à “natureza” faz dela parte de um processo de exclusão: quem não tem renda muda-se para outras áreas, deixando seu lugar de origem, enquanto que, quem pode pagar pela “propriedade da natureza” desfruta desse bem.

Destrói-se, na maior parte dos casos, as atividades que eram consideradas ‘bucólicas’ e tradicionais. Muitos são os que buscam essas áreas porque oferecem um ‘diferente’ modo de ‘curtir a natureza, de se relacionar com a natureza’ ao mesmo tempo. Porém, estão destruindo as atividades que deram origem ao processo de (re) ocupação dessas áreas. (RODRIGUES, 1999: 59).

Na perspectiva do turismo, marcado principalmente pelo culto do efêmero e do visual, que reconhece a área em relação ao lazer, mas não conhece o lugar - se distanciando do que é próprio do lugar-, podemos dizer que o turismo enquanto reprodutor das relações sociais atuais, é um novo setor de controle de tempo e dos espaços, que são selecionados para serem vendidos como mercadoria.

[...] o pacote turístico representa a lei e a ordem estabelecida do perceber o espaço e tempo na sociedade contemporânea, produzidos por uma racionalidade que engendra a passividade. [...] os guias explicam aos turistas o que ver, o que estão vendo e escolhem o que deverão ver num programa em que a quantidade dos lugares vistos é o que importa [...]. (CARLOS, 2007: 68).

Se formos analisar o município de Jujutiba em relação ao crescimento do turismo como forma de desenvolvimento econômico para a área, ele explora o ideário de “natureza” da cidade, selecionando pontos estratégicos para garantir o lazer, a “70km da capital de São Paulo” [como dizem os anúncios], mostrando como referência, um “lugar” próximo para o lazer de fim de semana. O turismo não é aproveitado enquanto lugar, ou ainda, produz condições espaciais pouco aproveitadas pela população,

Considerando que o subemprego, os “bicos”, e os empregos informais tornam-se mais frequentes, e que o índice per capita dos habitantes do município gira em torno de R\$400, seriam os moradores locais capazes de pagar por um serviço de lazer que custa por volta de R\$100 por pessoa? Ou ainda, de frequentar pontos comerciais que restringem seu acesso em termos econômicos? Isso evidencia uma apropriação do espaço, que além da crescente valorização imobiliária para o lazer, exclui essa população nos usos dos espaços monetizados.

Hierarquizado, o espaço também se fragmenta através das formas de apropriação seja ele para a produção quanto para o consumo (residência, lazer, etc.). Nesse sentido o espaço se fragmenta em pedaços separados cujo conjunto se apresenta cada vez mais como consequência da atividade parcelada, que escapa às pessoas. (CARLOS, 2007: 56).

Pensando no modelo de turismo adotado para o município de Jujutiba, como o ecoturismo, poderia ser uma maneira sustentável e alternativo de crescimento econômico. Contudo, o número crescente de consumo do espaço o torna insustentável socialmente falando, pois não há base que sustente esse crescimento e que ainda, supra as necessidades da população local, alterando significativamente suas práticas sociais, de ideais, costumes e estilo de vida. “[...] é evidente a presença de mecanismos espetaculares como a transformação, revalorização e ressignificação das coisas, lugares, e acontecimentos para venda sob a forma de pacotes pelo ecoturismo.” (HINTZE, 2013: 82).

O ecoturismo quando não trabalha a educação ambiental, afirma novamente o papel do turismo e da espetacularização da natureza. Os visitantes acabam tendo uma visão superficial, rápida, e sem conhecer realmente a realidade local. Mesmo que a natureza seja um escape da vida cotidiana, ela não deixa de apresentar as mesmas condições de onde veio o turista: o

consumo, o consumo de serviços e de imagens pré-programadas que permeia sua vida, se insere no mercado turístico também, adaptando o tempo do lugar visitado a esse tempo do turista, quando a educação ambiental, foco do ecoturismo, não é colocado em prática.

Em relação a sustentabilidade ambiental, ou no desenvolvimento sustentável, pautado em sua maioria na criação de áreas de proteção ambiental, na intenção de conservação da biodiversidade, acaba priorizando o “natural” ao invés das relações humanas ali presentes, gerando os conflitos socioambientais. “[...] esse modelo raramente dá conta de incorporar as diferentes representações sobre a ‘natureza’, desconsiderando, na maioria das vezes, os saberes e formas de uso do espaço territorializado pela população nativa.” (CARNEIRO, 2014: 39).

A necessidade da manutenção do “mito da natureza intocada” corresponde a um posicionamento hegemônico na ação do controle ambiental, reproduzindo um discurso de sustentabilidade, que, muitas vezes, o que seria sustentável para grupos específicos pode não ser sustentável para a população que habita esses espaços para a reprodução do seu modo de vida, e a disputa pelo uso e acesso a recursos, mostra a categoria de preservação ambiental permeada por forte conteúdo político na elaboração de leis e planos de uso do espaço.

A identificação implícita do rural com a natureza, com a biodiversidade e com os espaços protegidos é um ponto fulcral dessa representação social construída na contemporaneidade [...] não é certo afirmar que exista uma aceitação tácita desta função por parte das pessoas que vivem no campo, sobretudo porque não raras as vezes a glorificação dos ambientes naturais pelos ‘de fora’ e inclusive pelo Estado pode acarretar novos esquemas de dominação. [...] Converter atributos ambientais em artigos consumíveis, em paisagem ou cenário para ser reconfigurado e adornado para a apropriação estética por parte dos turistas, e da sociedade em geral, nem sempre reflete, ou está de acordo com, as representações, expectativas e práticas das pessoas ‘do lugar’. (ANJOS; CALDAS, 2014: 72).

Pensando nessa simulação e espetacularização da natureza e de um município cujas caracterizações são em sua maioria voltadas para o mercado, o que pode ser identificado nesse espaço para além das situações proporcionadas pela modernidade e de precarização da vida da população de Jquitiba, e a tornam um outro possível de existência? As imagens para o consumo, alimentadas por uma construção dita moderna, difere da imagem criada e vivida pelos indivíduos que nele vivem. Para isso, temos que adentrar a uma outra temporalidade, ou uma contra racionalidade – nos moldes da profunda racionalização dos espaços –, para pensar e conhecer a história por outro ponto de vista, daqueles que também são criadores de territorialidades simultâneas nesses espaços controlados, porém, com aberturas para a permanência do espaço vivido.

3. RESISTÊNCIAS: O LUGAR NA MODERNIDADE

Em qualquer lugar onde haja seres humanos, haverá o lar de alguém –
como todo o significado afetivo da palavra.

Yi-Fu Tuan

A chegada da modernidade representa a fragmentação do que antes compunha uma cultura própria: trabalho, família e lazer tornam-se aspectos desconectados como consequência da modernidade. Nessa cisão da vida imediata, impera o caráter quantitativo e tecnocrático sobre o qualitativo, o tempo que era livre e podia criar práticas no espaço, passa a ser controlado por um espaço que também controla o tempo. (SEABRA, 2003).

A mudança do lugar inserido nesse processo globalizante, vai além da condição material, espraiando para o plano subjetivo do indivíduo assim como na racionalização do espaço. Essa fragmentação é retratada através das relações sociais estabelecidas no cotidiano pela perda da ligação entre os sujeitos na vida social, familiar, política e religiosa, intermediada e subordinada cada vez mais pela preponderância dos objetos e da objetividade das normas no espaço.

O lugar pode ser representado ainda, quando se fala do plano vivido, no qual há uma profunda troca de relações do modo de viver de uma população local, de eventos criados e recebidos de forma diferencial em dada localidade. A produção espacial está intimamente conectada com o plano do cotidiano e se estabelece com a apropriação e uso do espaço, fazendo essa ponte de um fenômeno universal que é localizado, sendo um momento apreendido do que é a representação do local/global

A dimensão do que é o lugar parece diminuir com o avanço da comunicação e da informática, seja pelas redes de satélites que adentram o lar com a difusão das mídias, os meios de transporte que interligam lugares antes “afastados”, ou mesmo pela simultaneidade dos acontecimentos, que repercutem de forma instantânea nos lugares com uma ordem distante, pois o lugar passa a representar momentos de um mundo global.

Há uma perspectiva de homogeneização, destruindo barreiras espaciais e sociais pela desterritorialização como resultado da globalização, no entanto, as condições de reprodução da vida variam no tempo e no espaço, amparados por conta do desenvolvimento técnico e científico que “valorizam” os lugares, produzindo mudanças espaciais nos valores de cada

lugar, aprofundando-se a singularidade e importância de cada localização, sendo esse o princípio da “guerra dos lugares” (CARLOS, 2007).

[...] o lugar aparece como um fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno, uma vez que o mundial não suprime o local. [...] é no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. [...] o lugar enquanto construção social, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. (CARLOS, 2007: 22).

Uma sociedade de representação capitalista, recria formas e processos que se espelham na produção do espaço, e, a reprodução da sociedade é também, uma reprodução de vida dos homens, que terminam relegados a segundo plano na coisificação da vida. Esse é um ponto essencial para pensar o porquê de o município de Jquitiba apresentar políticas conservacionistas que restringem seu desenvolvimento econômico e material para a população, alegando a sua importância ambiental, ao mesmo tempo em que, não fornece meios para que o modo tradicional de vida permaneça enquanto modo de vida e não fornece uma base para que os indivíduos possam ser inseridos em um novo modo de vida que respeite sua existência.

O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação — uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente o lugar e produz-se o estranhamento do lugar através da perda das referências. (CARLOS, 2007: 36).

Apesar da transformação do tempo, de organização gerada pela modernidade, há algumas brechas que não se deixaram incorporar como um todo, é nesse momento que se manifesta a força do lugar, uma identidade que assegura parte de sua reprodução social. Contudo, para que não esteja fadado a permanecer no mundo das abstrações é necessário que seja colocado em prática, como os territórios de uso. (SEABRA, 2003).

Têm-se dessa forma, um conflito existente entre territórios de uso comum e da propriedade, esta última criada para fins de racionalização do espaço e do tempo. Como tendência da sociedade de consumo, mercantilizando todas as esferas da vida, valoriza-se a propriedade e o tempo como nunca, ou se dá pela especulação imobiliária ou sob restrições do uso de bens. “[...] a produção capitalista reproduz os elementos do capital, (a terra, o capital e o trabalho) dentre os quais está a terra como propriedade.” (SEABRA, 2003: 616).

Considerando a representação do lugar na modernidade, e de como o município de Juquitiba é visto diante da sua condição ambiental de proteção à “natureza”, há uma percepção alienada que encobre as lutas presentes, como a vida dos habitantes e suas histórias, resumidas a um consumo do espaço que deve ser intocado. Temos uma reelaboração da imagem do rural, de acordo com a ressignificação dos discursos no atual momento histórico. No caso da caracterização do rural, constrói-se um novo discurso idealizado e romantizado, o qual reproduz uma imagem de um passado que foi perdido diante das transformações socioculturais, reduzido agora a paisagens naturais que precisam ser protegidas para o contemplar da sociedade como um todo.

A representação social do que é o rural é concebido partindo de um ponto de vista urbano, mercantilizando esse espaço quando a base econômica se deslocou do setor agrícola para o setor turístico, produzindo uma certa “tradição do natural” que é agora recuperada e vendida em uma simulação. “Esta imagem de ruralidade está agora disponível, a um preço determinado para os visitantes procedentes das zonas urbanas.” (ANJOS; CALDAS, 2014: 66). A produção de uma imagem a ser vendida, ou ainda, de uma espetacularização para consumo, dissimula e nega a existência das culturas e identidades no espaço.

Para recuperar esse plano do vivido dos indivíduos que vivem nesse espaço, que não é o do consumo, é importante não reproduzir o mesmo discurso do silenciamento e simulação da vida rural, o modo de vida do bairro não foi destruído pela modernidade, mas incorpora elementos “modernos” para que seja possível resistir e manter alguns elementos de uma estrutura social anterior a atual, pois é no cotidiano do homem lento que a prática do senso comum cria as territorialidades resistentes, e permite que permaneçam nas espacialidades das grandes metrópoles ou das centralidades.

O componente sociocultural do espaço banal - ou do espaço enquanto abrigo de todos- (SANTOS, 2008), se manifesta como um viés de superação contra as normas que se impõem, geram a exclusão e aprofundamento de desigualdade social. Os agentes excluídos lutam pela permanência em um espaço que sofre uma operação cultural dominante que visa amplificar a visão do mercado hegemônico.

Como destaca Ribeiro (2013), o espaço dotado de práticas do senso comum e da banalidade, constituem em si, um tipo de barreira ao excesso do artificialismo e da manipulação, são assim, formas de resistência, de manter vivas as narrativas dos que produzem espaço “de baixo”. Ainda na visão da autora, ressalta a relevância do senso comum, e que este necessita

ser reconhecido com atenção diante do período de transformação do cultural em negócios, observando a luta que tenta resgatar memórias e pela permanência de identidade cultural.

Se formos pensar a presença de diferentes temporalidades em um mesmo período histórico, não podemos esquecer, novamente, que as temporalidades são criadoras de espacialidades. Ressaltando o que Santos (2008) mencionou sobre o espaço ser constituído de rugosidades, enquanto heranças socioterritoriais ou sociogeográficas, ou seja, de o espaço ser constituído também pelo acúmulo de tempos produzidos pela sociedade, eles existem como testemunhos, e reconhece-los é uma tentativa de olhar a totalidade de um lugar, não apenas um tempo pretensiosamente homogeneizador e predominante.

Notadamente é possível constatar a simultaneidade da vida urbana e rural, pois uma não anula a outra, apenas oscilando quanto as possibilidades de realização. Alguns valores e costumes não podem ser deixados de lado e devem ser reconhecidos para pensar como se dá a reprodução da vida rural em um dos bairros do município de Juquitiba. Pois esse deve ser o papel do geógrafo, de desvendar e desmistificar visões e simulacros criados pelo sistema hegemônico de silenciamento do homem comum, excluído muitas vezes do usufruto por direito do espaço.

A sociedade urbana deveria estar representada pela apropriação do tempo e espaço pelo ser humano, contudo, essa ainda engatinha em um país que conheceu uma modernidade incompleta. Essa vida urbana enquanto acesso aos bens materiais permanece no plano do possível enquanto não se concretiza, assim, outras temporalidades e outros espaços dividem o mesmo momento histórico, não sendo a vida rural passível de assimilação completa pela dita vida moderna e nem a vida urbana excluída da vida desses indivíduos, que possuem uma sociabilidade pertencente a outra temporalidade anterior ao atual modo de produção.

Preocupações de natureza urbana como melhorias públicas, educação, crescimento econômico, planejamento da cidade e leis ambientais não se manifestam relevantes em vista de outras preocupações de cunho social como a sociabilidade, religiosidade e sentimento de localidade presentes, mais próximo do estilo de vida rural do que urbano, portanto, a vida rural enquanto valor cultural ainda é predominante na escala do bairro, ainda que o requisito econômico seja necessário para a manutenção desse modo de vida.

O processo de urbanização pode alterar as condições econômicas e sociais a partir do momento em que ele traz pela proposição ou imposição novos elementos materiais e culturais, quando é inevitável como a individualização do trabalho, distanciamento da vizinhança,

abandono das crenças populares e novas relações com o meio, podemos dizer que houve um predomínio da vida urbana.

Em toda conjuntura de crise podem-se observar duas categorias principais de fatos: os de persistência e os de alteração. Os primeiros constituem aquela parte do equipamento cultural e das formas sociais que, oriundas de período anterior, perduram no presente, estabelecendo continuidade entre as sucessivas etapas dum processo total de transformação. Os segundos são formações novas, gerados no seio do grupo, ou nele incorporadas por difusão, para reajuste de seu funcionamento. (CÂNDIDO, 2001: 203).

A partir dessas considerações, o bairro tem um papel importante nessa análise, pois ali ainda estão presentes formas de resistência, pois o bairro apresenta essa dimensão do lugar, da afirmação de identidade. “[...] a densidade cultural do bairro insiste em permanecer [...] suportando as separações impostas pela mobilidade ‘natural’ do trabalho.” (SEABRA, 2003: 53). O bairro apresenta características específicas tendo em vista este espelhamento da vida, as condições espaciais revelam a vida social, levando em conta as interações e relações estabelecidas, pois cada bairro guarda em si uma configuração e uma história singular, mesclando diferentes níveis culturais, de tempos diversos.

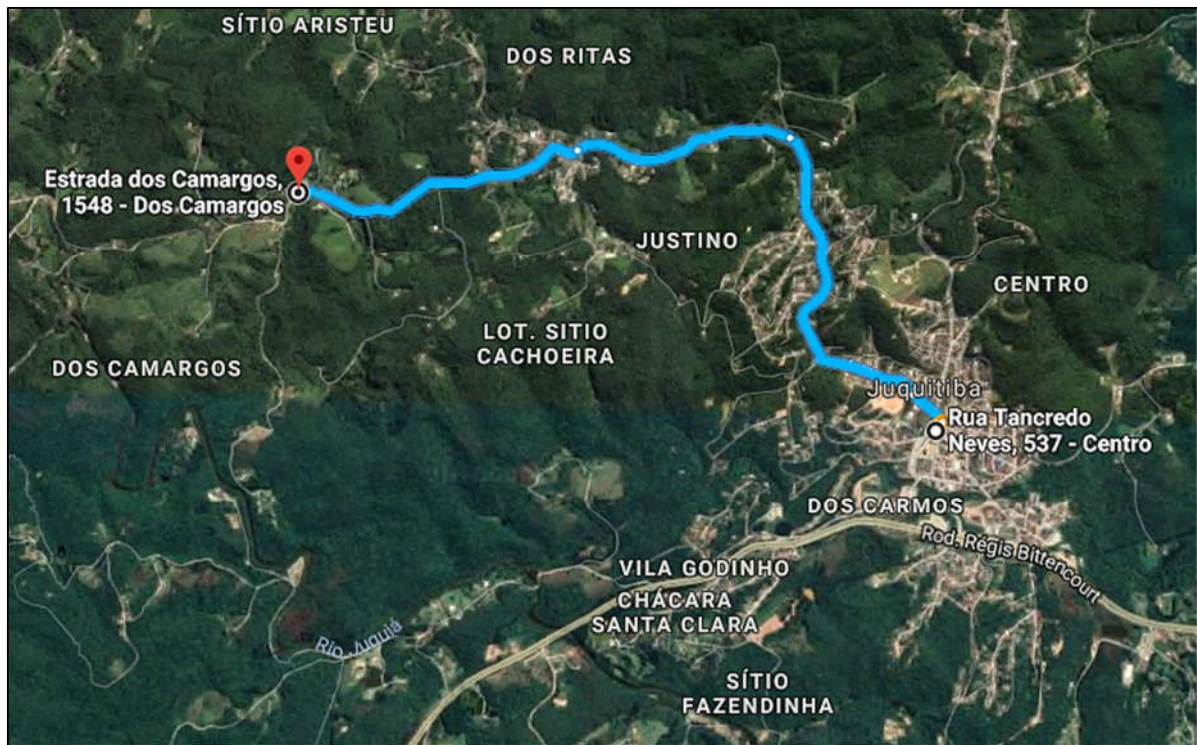
A análise partindo do bairro pode trazer uma perspectiva interessante para pensar esse processo de racionalidade do espaço e da vida subjetiva dos sujeitos, de como essa racionalidade foi acolhida na vida cotidiana, quais elementos foram incorporados e quais permanecem como testemunhos e resistências. A vida de bairro, ao estar em contato com a vida urbana em sua forma mais precária, no sentido de não realização da sociedade urbana, torna possível encontrar evidências de simbolismos e significados próprios de outros tempos, enquanto manutenção de um grupo social.

Endlich (2006) nos fala que a conquista da urbanidade pode ser um possível avanço social em um cenário futuro, porém, se destaca uma condição urbana contraditória nas cidades brasileiras que é muito frequente, nas quais permanecem “ilhas de ruralidade”, lugares frequentemente pobres, com predominância de camponeses mais velhos, mal adaptados e destituídos do seu modo de vida camponês. (LEFEBVRE, 2001). Ou seriam arquipélagos? Visto que a condição se reflete em diferentes cidades e, conseqüentemente, em muitos bairros, como pode ocorrer no próprio município de Juitituba. Por ora, iremos nos atentar ao estudo de um bairro localizado “próximo” da área urbana do município, o bairro dos Camargos, podendo ser um entre outros bairros que podem fazer parte desse testemunho da vida rural e característico do que foi um dia o núcleo da vida caipira.

3.1 PERCEPÇÃO E RESISTÊNCIA: O BAIRRO RURAL DOS CAMARGOS

O bairro dos Camargos está localizado a margem da área central do município de Jujutiba e sua divisa encontra-se muito próximo a via de circulação da BR116 (Mapa 7). A partir do plano diretor de Jujutiba (LEI N° 1507/2007) pensando em políticas de desenvolvimento rural, se manifesta a intenção de criação de transporte coletivo, no entanto, a presença de ônibus como nos demais bairros do município, além de recente, é visando o acesso escolar vinculado aos horários e dias letivos, implicando em restrições quanto a mobilidade. Assim, o deslocamento realizado continua como nos tempos antigos, e a forma de acesso ao centro urbano se dá pela estrada municipal de terra onde os moradores (que não possuem automóvel) se deslocam a pé, aproximadamente a 5km de distância.

Mapa 7. Localização do bairro dos Camargos no município de Jujutiba – SP.



Fonte: Google Maps.

Para descrever a história do bairro dos Camargos, não temos registros a não ser aqueles que fazem parte da tradição oral dos moradores e da história que estão gravadas em sua memória. Pensando na importância do registro das memórias, estas não devem ser ignoradas ou esquecidas no contexto de registrar os aspectos mais humanos, pois a memória enquanto expressão do bairro, pode trazer elementos que dizem respeito a história, não apenas aquela apresentada como história oficial, mas a partir do lugar. “Recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político dos mais urgentes”. (BOSI, 2003: 206).

De acordo com relatos obtidos, o bairro dos Camargos surgiu com a presença de pessoas que foram notáveis na constituição do bairro como Artur Soares de Camargo, Pedro Camargo e Justina. Posteriormente, o bairro cresceu com a descendência dessas famílias e fundou-se um bairro de base familiar, ocupando as áreas ao redor. O bairro foi aumentando à medida que as pessoas iam herdando as terras, foram sendo construídas casas de barro, de sapê, uma pequena escola foi aberta em 1978, e uma igreja na área que segundo os moradores, tem cerca de 80 anos de construção. Com o passar do tempo, as casas de barro e de sapê foram sendo substituídas por casas de tijolos.

Foto 11. Casa da dona Margarida, sempre de portas abertas para a visita.



No bairro dos Camargos é comum encontrar casas de constituição simples, algumas sem piso, de portas abertas à visita, com ausência de cercas que delimitam a propriedade, se não na horta, que é comum no quintal das casas.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2018.

Ao visitar dona Margarida Pires (Fotos 11 e 12), ela relata que morou no bairro a vida inteira, “Eu sempre morei aqui, (...) só aqui [na casa] faz mais de vinte anos que nós mora, muito mais de certo, se eu to com 63, quanto anos faz... 60 anos que nós mora aqui.” Ela não trabalha formalmente, mas consegue viver com a aposentaria do marido, enquanto não consegue se aposentar. Pode relatar ainda, que os filhos e os bisnetos acabam morando no mesmo bairro, muito próximos dela, dando sequência a um modelo de bairro rural formado em base familiar. À medida em que os filhos têm uma profissão no centro do município, as crianças menores são deixadas com os avós, ressaltando os laços familiares no bairro.

Um modelo que pode ser observado em relação a formação de bairro foi o que Antonio Candido (2001) chamou de “blocos familiares”, ou seja, a vizinhança imediata é composta de membros da mesma família ou com algum grau de parentesco, formando um grupo mais coeso e tornando-se a base do apoio que é necessário em alguns casos. Esse é o caso encontrado perante os bairros do município de Jquitiba, esses bairros que começaram povoados por famílias fazem jus aos nomes dados aos bairros do município como Barnabés, Ritas, Vitalino, Soares, Camargos, Justino e Eva, por exemplo.

Foto 12. Visita e conversa com moradores do bairro dos Camargos.



Da esquerda para a direita estão, Tacílio, Margarida e Aparecida. Na visita realizada foi possível conversar e adquirir alguns conhecimentos sobre o bairro dos Camargos.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2017.

Até mesmo a noção de tempo é diferente e de acordo com a vida de bairro. Em uma conversa informal com dona Lurdes Camargo, também moradora no bairro Camargos, mencionou sua idade baseando-se no tempo em que mora no bairro. Quanto ao trabalho, ela relatou que o marido faz trabalho braçal na cidade para o sustento da família, e, para complementar as refeições há uma horta (Foto 13), “Nóis faz horta, uma rocinha, de vez em quando mata galinha, mas mais criar mesmo.” A horta as vezes é compartilhada com os vizinhos mais próximos, sendo possível encontrar na casa dela a presença de um fogão de lenha em um quartinho junto de um pilão, que segundo os donos da casa, ficam para ocasiões especiais.

Foto 13. Horta nos quintais para complemento das refeições.



Foto: Denise de C. Marcelino, 2018.

O perfil de um bairro rural tem a necessidade de uma identidade, representado através da troca social entre as famílias e vizinhos, não depende tão somente do local e da posição geográfica, mas de uma reciprocidade na sociabilidade. Podemos falar em constituição de bairros rurais típicos, com base nas práticas socioespaciais como permanência nos dias atuais? “Enquanto permaneçam vínculos fortes de vizinhança e parentesco, sentimento de localidade, pode-se falar em bairro rural.” (MARIANO, 2001: 38).

Tendo em vista que o município de Juquitiba era formado por bairros rurais característicos da vida caipira, seriam os bairros rurais esse testemunho de sociabilidade? De acordo com Antonio Cândido (2001), a estrutura da sociabilidade caipira é mantida a partir de alguns elementos: “[...] agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas.” (CÂNDIDO, 2001: 81).

Seria essa caracterização uma tendência ao desaparecimento? Podemos dizer que, algumas formas de relações sociais não são suprimidas e ainda que de maneira escassa, são incorporados no modo de viver na vida de bairro, visto que, a escala do lugar favorece a permanências de aspectos próprios de uma organização social específica. Em torno de algumas casas não há muros como divisões claras de propriedade com convivência muito próxima, seriam as portas de casa sempre abertas – literalmente falando, bem como a reunião periódica

em torno da igreja para realização de festas anuais. São aspectos presentes que melhor descrevem o bairro em locais onde há uma maior concentração de moradores com modos de vida muito semelhantes.

A tendência é de alterações das temporalidades existentes pelo desequilíbrio de formas de vida que se tornam inviáveis na economia capitalista, e das transformações das relações sociais pela mudança nas práticas espaciais, mas, dialeticamente, as temporalidades não lineares persistem a aqueles que suscitam as práticas tradicionais, e as crises enquanto desequilíbrios trazem à tona a necessidade de reviver e revalorizar o passado. Invariavelmente as rugosidades existem no espaço seja como ações ou objetos na composição da paisagem.

Foto 14. Vista do quintal de um aglomerado de casas no bairro Camargos.



De constituição simples, essa é a vista do bairro Camargos, algumas casas são tão próximas que não é possível delimitar onde começa uma e termina a outra. As pessoas circulam livremente no terreiro junto da plantação e criação de animais. Ao fundo (na cor verde) está a igreja do bairro, aonde ocorrem as festas anuais.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2018.

Muito se fala sobre a perda de certas organizações dos modos de vida, pois a concepção da vida urbana permeando o espaço, o cotidiano e a subjetividade dos sujeitos, o que antes era o mínimo de vida, muda completamente de significado, pois os signos da vida urbana também chegam a todos os lugares. A vida urbana demanda outras temporalidades e outras

espacialidades, porém, a vida urbana em sua totalidade ainda não é real, permanecendo traços de racionalidade velada.

E aqui podemos indicar que o processo de urbanização – civilizador, se o encaramos do ponto de vista da cidade – se apresenta ao homem rústico propondo ou impondo certos traços de cultura material e não-material. Impõe, por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; propõe a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a individualização do trabalho, a passagem à vida urbana. (CÂNDIDO, 2001: 272-273).

Temos aqui um lugar de caráter simbólico, de experiências que se constroem com os ciclos da natureza no seu próprio tempo, com conhecimentos de espaço e natureza diferente por aquele estabelecido pelo do tempo do mercado, e de certa forma, mais humano. Restrições encontradas no uso pleno do espaço e de demandas básicas como saneamento, água, educação e saúde, gera uma expulsão compulsória de alguns habitantes para outras áreas, ficando quem pode pagar pelo espaço, diante da valorização do espaço.

O próprio movimento conservacionista de restrição do uso dos “recursos naturais”, faz com que as atividades tradicionais antes tidas em grande contato com a natureza, já não sejam viáveis, alterando profundamente traços culturais, pois o lugar é visto agora pelo seu valor de troca, e o seu valor cultural enquanto traço do caipira se modificou na sociedade atual, com uma ressignificação dos espaços. Contudo, os indivíduos, ou melhor dizendo, um grupo social adere a transformações a fim de preservar algumas características de ser caipira, seja no modo de ver ou de viver o mundo. (MARIANO, 2001).

Perante essa deflagração do cotidiano em racionalidade, é possível identificar aspectos que se manifestam nos usos simbólicos do espaço e que asseguram certa coesão de grupo: as festas de cunho religioso, por exemplo, tendem a um desaparecimento, porém, são mantidas por alguns grupos principalmente nos bairros, ou, as feiras de rua aos domingos do município, que mesmo mudando constantemente de lugar para ceder ao fluxo de carros, insiste em permanecer como ponto de encontro e socialização pelo circuito inferior, podem representar características que resistem ao processo modernizador das incertezas e do efêmero.

A vaga lembrança do que se foi um dia, deve ser trazida para o debate enquanto viva para os indivíduos que ainda o pensam e vivem. “A manifestação popular [...] interessa e tem significado na vida de um determinado grupo social porque é parte integrante do seu modo de vida.” (MARIANO, 2001: 85). O catolicismo rústico, contendo atividades autônomas quanto a

religiosidade popular, aquele que unia a festa e a reza, esteve muito presente nessas civilizações e ainda se propaga como uma prática de reunião, que compunha o universo cultural do caipira.

Ainda frequente nos bairros adjacentes ao bairro dos Camargos, as práticas de comemorações religiosas permanecem como um costume dos moradores como elemento de reunião. “Os cultos religiosos são vividos intensamente no bairro rural, sendo que cada um possui a sua igreja ou capela. São também as comemorações do dia do padroeiro que promovem o encontro, seja no momento da festa, seja no momento da sua organização.” (MARIANO, 2001: 40).

Os elementos tradicionais que vão perdendo sentido, encontram na interação dos bairros, sua manutenção. Vale mencionar o fato de que a festa de Santo Reis ocorre seguidamente no bairro dos Ritas e em seguida ocorre nos Camargos, contando com os foliões que também são de ambos os bairros, é perceptível a manutenção dos laços de vizinhança, que preservam as práticas culturais em grupo. “[...] podendo ser considerados verdadeiros mecanismos de sobrevivência social e cultural.” (CÂNDIDO, 2001: 265).

Foto 15. Festa de Santo Reis no bairro dos Camargos em Jucituba – SP.



A festa de Santo Reis, realizada anualmente no dia 6 de janeiro, reúne devotos a uma festa completa: procissão de casa em casa, preparo da folia, a dança, a reza e a confraternização.

A festa de Santo Reis é realizada nos bairros rurais, reunindo moradores deste e dos arredores.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2018.

Foto 16. Festa de Santo Reis: reunião dos festeiros na igreja.



Depois da dança, os foliões adentram à igreja para cantar e em seguida rezar o terço, após o término da oração, há um momento de confraternização com comes e bebes. Do início ao fim, a prática religiosa é dirigida pelos próprios moradores/festeiros do bairro, e conta com notável presença das crianças e jovens.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2018.

A festa de Santo Reis, sempre passando de casa em casa, reforça os laços entre as pessoas ao incluírem esse ideal de comunidade nos bairros adjacentes, no entanto, as dificuldades encontradas para dar continuidade à festa, condiz a falta de contribuição financeira, segundo relato de João Camargo, festeiro do bairro dos Camargos em Juquitiba:

Todo ano faço, gasto mais da metade, o povo dá pouquinho conto, mil e duzentos fica, dou tudo minha parte. [...] tem uns 40 festeiros, cada um dá cinco real, dez real [...] quando faltô eu inteirei tudo. [...] vem bastante gente, gente de fora, de Juquitiba, do Barnabés, vai até dez horas da noite, a gente pega o carro e leva os folião. [...] faz tempo que eu moro aqui, faz uns 60 anos, to com 60 anos. [...] agora morreu o touro colorido¹², agora eu faço tudo ano. [...] vai sai agora em dezembro pega o dinheiro, vai nos Ritas, nos Camargos, no bairro da Eva [...]. (João Camargo).

¹² Pessoa responsável pelo personagem na Festa de Santo Reis.

Temos indícios de manutenção dos costumes da festa, ainda que dependente de uma contribuição financeira para ajudar na sua realização, por mais caro que as despesas fiquem para o festeiro, ele continua a promover a festa todo ano, pois a importância simbólica e imaterial que a festa possui é crucial, um ponto chave para entender como se perpetuou durante tanto tempo. “[...] as representações religiosas, com seus santos e cantos, que integram o mundo da cultura, continuariam como pertencentes à vida cotidiana, quando em termos materiais os bens de salário é que suportavam a reprodução.” (SEABRA, 2003: 365).

Um dos conflitos apontados na obra de Ecléa Bosi (2003), diz respeito a valorização do bairro por meio das imobiliárias, que conseqüentemente, “arranca” essas pessoas para outros lugares, fragmentando assim, o contato e a disseminação dos ideais de comunidade. Podemos citar novamente, o crescente número de chácaras para lazer nas áreas de mata, conseqüentemente gerando fragmentação e dispersão da população em busca de trabalho, o que leva a uma dispersão para outros lugares.

Frente a essa dispersão para outros bairros, foi possível constatar no dia da festa de Santo Reis, embora realizado em dia de Sábado, era um dia útil para aqueles que trabalhavam como caseiros de sítio, no entanto, uma “escapadela” se fez necessária a fim de poder participar da festa. Nesse sentido, uma dialética também se faz presente: ao mesmo tempo em que o cotidiano se encontra em constante mudança e até mesmo sendo restringido para o lazer e atividades lúdico-religiosas, há certas formas de resistências que imperam para assegurar essa continuidade das práticas sociais.

Se formos considerar que o modo de produção produz determinadas relações sociais e que estas são projetadas em dado espaço, tornando-se assim, práticas espaciais (LEFEBVRE, 2006), a permanência de relações sociais é vide a existência de determinada organização espacial, e para que haja mudança dessas relações se faz necessário alterar o espaço social, ou ainda, a condição socioespacial. Diante das características já apresentadas sobre o município de Juquitiba, a própria condição espacial favorece a permanência de modos de vida diferentes daquele que seria se o espaço agregasse elementos externos como a tecnicidade mais densa.

Há fatores de permanência e de transformação, partindo da análise realizada por Candido (2001), em que a transformação não é uma substituição total de padrões, mas pode-se falar de um ajuste a um novo contexto. O que prevalece nesse sentido, é um grupo que aceita os traços impostos, mas que podem rejeitar os propostos, favorecendo a permanência de certos costumes que são essenciais na afirmação de sua identidade.

Nas visitas realizadas aos moradores do bairro, foi notada uma religiosidade muito presente: havia um espaço destinado ao “oratório” (Foto 14), como símbolo de sua devoção, que além das imagens, reúne fotografias de viagens a peregrinação e pagamento de promessas, ou a presença de quadros também de mesma natureza, e ainda que a TV ganhe destaque como parte da vida urbana, ela está sintonizada no canal “TV Aparecida”... seriam formas de se (re) conectar e manter uma prática religiosa?

José de Souza Martins (2011) relata a forma como os signos da modernidade são incorporados pelo popular: geralmente o signo não chega junto do significado, e aqui temos um claro exemplo de adaptação a um novo estilo de vida, o consumo de objetos e lugares. Prevalece o seu uso ao invés do seu valor de troca, no ato de consumir um espaço seja ele em forma de viagens para cidades turísticas, as viagens feitas em peregrinação são feitas com um sentido simbólico e de significado – dar continuidade a viagens realizadas para manter suas atividades lúdico-religiosas. Nessa perspectiva, a ida a esses lugares também é articulada como um elemento de coesão de comunidade e de valor de uso, apesar de o turismo apresentar um caráter predominante do valor de troca.

Foto 17. Oratório dedicado a Nossa Senhora Aparecida.



Espaço dedicado à Nossa Senhora de Aparecida localizado na casa da dona Lurdes. É nítida a junção de objetos modernos como a TV, o relógio e o celular, mas ainda assim adaptado a sua forma de ver o mundo, ressignificando os usos.

Foto: Denise de C. Marcelino, 2017

É claro que muitos objetos símbolos do moderno podem não corresponder a seu estilo de vida, que são tidos como luxo/supérfluo, como ter um carro por exemplo, ou que pode não estar ao alcance econômico de alguns indivíduos, mas vemos objetos sendo ressignificados por uma lógica não moderna, que é contrastante na paisagem (Foto 18), os valores dados aos objetos não correspondem a essência da mercadoria e para o devido fim que ela foi produzida como valor de troca, mas como valor de uso, que foi e continua sendo o modo de interpretação da vida para esses indivíduos.

Foto 18. Antenas parabólicas versus a presença da “criação” no quintal.



Foto: Denise de C. Marcelino, 2018.

Milton Santos (2008) propõe uma chave analítica para traduzir a dinâmica acerca do espaço: sistema de objetos e sistemas de ações. Havendo essa articulação entre materialidade e imaterialidade, objetividade e subjetividade, a concepção espaço-tempo exige uma compreensão que envolva o cotidiano, ressaltando a existência da reivindicação e conflitos, valores e diferentes formas de apropriação de um mesmo espaço.

Ao tratarmos sobre o cotidiano como forma de controle do tempo da vida dos sujeitos, é uma maneira de conhecer mais profundamente a sociedade partindo de fatos que geralmente são ignorados como o uso do tempo, dos objetos, e uso do espaço. “A crítica da vida cotidiana implica, pois, concepções e apreciações em escala de conjunto social [...] trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade).” (LEFEBVRE, 1991: 34-35).

O capitalismo no atual momento histórico, visa homogeneizar os espaços, romper as singularidades do lugar, desmanchar os compromissos sociais, modificar as relações sociais e destituir a força do cotidiano. A perspectiva de negação da existência desses sujeitos, gera uma sociabilidade fragmentada, excludente, que não dá voz a um grupo excluído da lógica do capitalismo, o que gera conseqüentemente, formas para quem pode pagar ou para quem detém poder: privatização de espaços públicos, circulação excludente, apropriação de técnicas e de tecnologias para controle social.

Pensar o urbano enquanto objetos como abastecimento de água, de eletricidade, o carro, a televisão, o mobiliário, incluindo os valores que são trazidos do modo de vida urbana, como o consumo, a moda, preocupações com segurança, com as leis e com o futuro é inerente a vida urbana e aqui esses elementos são recebidos de forma diferencial, pois as práticas socioespaciais dos indivíduos também são diferentes. Podemos relatar algumas mudanças nas relações sociais nos mais jovens do bairro que procuram o “encontro” em busca da cidade, pois estes têm outros anseios, necessidades trazidas pela promessa da vida urbana. Porém, essa sociedade urbana não se concretiza enquanto realidade de acesso e podemos encontrar formas de vida específica de modos de produção anteriores ao atual.

Não foram encontradas preocupações geralmente do cidadão, que já possuem outra visão das necessidades. Há sim a falta de infraestrutura no bairro como relatado do abastecimento de água, proveniente de poços, falta de mobilidade, de renda nas adjacências do bairro, a restrição do uso de bens naturais como a madeira para manter o fogão a lenha, mas o importante é o mínimo vital para sua existência, bem como a garantia de tempo para usufruir das práticas de lazer, seja realizar visitas ou festas, e, nas palavras de Lefebvre (1991), encontra-se uma riqueza sob uma aparente pobreza.

Podemos encontrar esse modo de vida ora oculto, ora comercializado, não havendo uma valorização de quem realmente o vive. Um sistema produtivo excludente que não os insere na vida urbana enquanto uso de bens é condicionante para sua marginalização, de expulsão para ocupação de áreas de risco, e sem renda, a busca por novos empregos desestabiliza a vida de bairro e o ciclo de não inclusão impera, enquanto a sociedade rural no passado sofria privações, nos dias de hoje o cenário não é diferente pois continuam a ser privados.

Essas formas de sociabilidades encontradas resistem em um espaço de racionalidades hegemônicas, a temporalidade da vida cotidiana afirma o homem lento como inventor de soluções ou da chamada flexibilidade tropical (SANTOS, 1999), de trabalho calcado em valores

horizontais no território e na cultura local, onde se estabelecem as relações de proximidade com uma adaptabilidade dos atores que lhes permitem um novo equilíbrio em favor da sociedade local, pois é no cotidiano que a prática do senso comum cria as territorialidades resistentes, e permite que permaneçam nas espacialidades das grandes metrópoles ou próximo das centralidades, temos então uma adaptação de estilo de vida na medida do possível que respeite sua identidade.

Permanecer no bairro a partir de trabalhos com horários flexíveis, como caseiro de sítio, ou em que é possível tomar um tempo, a vida em comunidade é compartilhada, seja em prestar ajuda ao vizinho, em dividir algum alimento, em manter sua horta ainda como prática de subsistência, poder criar animais no quintal de casa, reunir-se para momentos festivos da comunidade, promover festas de caráter religioso, a vida de bairro permite pensar os bairros rurais como o mais próximo de representar as resistências a um modo de vida em que há o fortalecimento de laços entre os indivíduos e do sentimento de localidade. É dar sequência a uma flexibilidade do “homem lento” de manter seu próprio tempo, seu modo de vida, pois suas necessidades sociais não são semelhantes as novas formas de consumo do tempo e espaço em que prevalece o valor da troca.

A maneira pela qual o uso pode voltar a primeiro plano em relação ao valor de troca é através de uma mudança de prática social. “Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. Que a realidade urbana esteja destinada aos ‘usuários’ [...]” (LEFEBVRE, 2001: 127). A transformação da realidade urbana está pautada nos usos como direitos básicos de acesso a trabalho, a saúde, educação, habitação e ao lazer, respeitando os diferentes usos do espaço pelos sujeitos que nele vivem, seria esse o direito a cidade de que fala Lefebvre, de transformar o uso do espaço para uma apropriação mais humanizada, e o poder de transformação vem do “homem lento” ou “dos de baixo”.

Milton Santos (2012) destaca o papel do lugar como fonte de resistência e organização da sociedade civil, da oportunidade de relações serem construídas horizontalmente, podendo recriar e elaborar normas alternativas a um sistema hegemônico de controle da vida, no espaço banal, enquanto espaço de todos, pode contrapor normas excludentes. Há certas normas externas que se dão no lugar, contudo, como esse lugar é cada vez mais específico no mundo atual, há uma imprevisibilidade enquanto possibilidade de construir ações diferentes e resistentes diferentes de um projeto hegemônico pré-estabelecido. Eis a função do lugar, de produzir uma nova história, ou de sempre renovar sua própria história.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto acerca da condição socioespacial do município de Juquitiba, podemos considerar a presença de uma simultaneidade de temporalidades que se manifestam no uso e apropriação do espaço, sendo essas outras temporalidades também produtoras de espaço, ainda que esse tempo esteja cada vez mais voltado para o tempo do mercado e suprimido pelo atual modo de produção e de reprodução das relações sociais.

Considerando a característica da modernidade enquanto incompleta na sociedade, é possível a discordância e diversidade de valores, costumes e práticas espaciais em um mesmo espaço ou muito próximo, evidenciando o contraste entre as áreas, o que nos pode servir ao refletir sobre o porquê do município de Juquitiba fazer parte, administrativamente falando de uma região metropolitana e ainda sim, parecer tão distante quanto as políticas direcionadas as áreas periféricas, deixando nítido a singularidade dos lugares frente a um discurso de homogeneização dos espaços pela globalização.

A modernidade incompleta, ou a sociedade urbana enquanto possível e não concretizada, é um exemplo de não assimilação de todos os lugares por uma lógica de cidadania, mas sim através de uma segregação seja ela social, econômica, política ou geográfica, em que a valorização dos espaços é decisiva para os fins de planejamento. Há uma ressignificação do valor dos lugares e, assim, as normas que se realizam no espaço são em sua maioria, proveniente de uma fonte externa, no município é visível pelo seu ideal de natureza, pelo consumo imediato ou futuro, esquece-se da segunda natureza e dos homens que habitam esses espaços, em que o sentido de natureza pode ter um outro simbolismo de acordo com os diferentes grupos da sociedade.

Em um movimento contraditório, há de um lado, a mercantilização de um espaço em termos de restrição do uso e de infraestruturas urbanas resultando em um processo de desterritorialização, e por outro lado, encontramos formas de resistências de práticas espaciais, através do sentimento de pertencimento da vida de bairro, de comunhão social e trocas seja em momentos de festa ou no cotidiano, vemos um outro tempo perdurar enraizados em suas ações, no modo de viver, de necessidades e de presença no espaço enquanto valor de uso.

Frequentemente os grupos que possuem um maior contato com natureza ou com o meio são relegados a um segundo plano, e não sendo considerados em termos de políticas públicas resulta em sua exclusão quanto aos seus direitos, e também, do saber dos seus direitos. Caminhar para um reconhecimento da importância histórica-social desses grupos é um pequeno

passo para inserir na sociedade grupos historicamente excluídos para que eles possam atuar ativamente no espaço. Partir do lugar, do espaço vivido, é uma maneira mais próxima de levar esse conhecimento e mediar o interesse pelas lutas de permanência.

Ressaltamos a força e afirmação do lugar enquanto espaço de uso como um requisito essencial na formulação de políticas de diminuição de desigualdades socioespaciais, de investimentos e de assegurar manutenção dos modos de vida dos sujeitos, respeitando os diferentes grupos que coabitam nesses espaços, pois assim pode haver o início de inclusão na vida urbana de forma mais humanizada, em direção a justiça social e a um desenvolvimento socialmente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. Da medida do rural ao rural sob medida: um estudo sobre representações sociais em perspectiva. In: MARTINS, R.C. (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 49-76.

BECKER, Bertha. Políticas de planejamento do turismo no Brasil. In: **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 241 p. 181-192.

BOSI, Ecléa. Memória da cidade: lembranças paulistanas. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 198-211, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000100012. Acesso em: maio/2018.

CANDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora Duas Cidades; Ed. 34, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 191-197.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana Na Metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017, 2ª edição revisada, 317p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Labur edições, 2007, 85p.

CARNEIRO, Maria José. “Desenvolvimento territorial sustentável”: o retorno ou a morte do camponês? In: MARTINS, Rodrigo Constante (org.). **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2014. 31-47.

CORRÊA, Dora Shellard. **O aldeamento de Itapecerica da Serra**: de fins do século XVII a 1828. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e rural. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 1.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.11-31.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. **Sertão e Bairro rural**: parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Editora Ática, 1979.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HINTZE, Hélio. **Ecoturismo na Cultura de Consumo: Possibilidade de Educação Ambiental ou Espetáculo?** Jundiaí: Paco Editorial: 2013.

LEFEBVRE, Henri, **A vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo: Ática, 1991. 216p.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: Início – fev. 2006.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p. Tradução de Sérgio Martins e revisão técnica de Margarida Maria de Andrade.

LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 4. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1978. 268p.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. 3ª reimpr. São Paulo: Contexto, 2001.

LEITE, Ana Saleti; ROCHA, Heloisa Aparecida M. S.; ABES, Maria Aparecida Silva. (org.). **Juquitiba terra de muitas águas**. São Paulo: Noovha América, 2011.

MARIANO, Neusa de Fátima. **Fogão de lenha, chapéu de palha**. Jauenses herdeiros da rusticidade no processo de modernização. 2000. 273 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 2.ed. rev.ampl. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e mananciais: tensão e diálogo na metrópole**. São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006. Disponível em: <http://labhab.fau.usp.br/biblioteca/textos/martins_moradia-e-mananciais.pdf>. Acesso em: 26/05/2017.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista: o diálogo possível**. 1.ed. São Paulo: Ática, 2011.

MENDONÇA, Francisco de Assis; LEITÃO, Sanderson Alberto Medeiros. **Riscos e vulnerabilidade urbana: uma perspectiva a partir dos recursos hídricos**. GeoTextos, vol.4, n.1 e 2, 2008. 145-163. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/3300/2413>>. Acesso em: 26/05/2017.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos paulistas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. **Bairros rurais paulistas: dinâmicas das relações bairro rural – cidade.** Petrópolis. São Paulo: Livraria duas cidades; 1973.

REIS, Gisélia Pinheiro dos. **Cartografia temática aplicada à análise ambiental do município de Juquitiba – SP.** 2016. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2016.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: **Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço.** Volume 2. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. 293-310.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: **Turismo: espaço, paisagem e cultura.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 241 p. 55-62.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4 ed. 4. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 5.ed., 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 176p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** 1.ed., 2.reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. 176p.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o Caso de São Paulo.** 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009. 136p.

SANTOS, Milton. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação.** 4. ed. São Paulo: Hucitec: ANPUR, 1998. p. 15-20.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise.** *Cadernos IPPUR.* Rio de Janeiro, ano XIII, n.2, p.15-26, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 20ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SEABRA, Odette Carvalho Lima. **Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão.** 2003. 397p. Tese (Livre-Docência, Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.

ANEXOS

Roteiro para Entrevista no Bairro dos Camargos

Bairro

- Há quanto tempo mora aqui no bairro?
- Qual a história de formação?
- Você tem familiares morando perto?
- Você gosta de viver aqui? O que mais gosta?

Trabalho/lazer

- Como e onde trabalha?
- O que você faz para se divertir?
- Onde estudam as crianças?
- Qual a religião? Há benzedadeiras ou parteiras?

Meio ambiente

- O que você geralmente come? Plantam? Criam animais?
- Você usa alguma coisa da mata? Pesca, caça?
- O que você pensa sobre a proteção ambiental? Atrapalha o desenvolvimento da cidade ou tanto faz?

Saneamento

- De onde vem a água consumida?
- E o tratamento de esgoto?
- Como o lixo é descartado?